



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

MERGULHO NAS ÁGUAS DA MINERAL

Gabriella Fávero Rocco

Orientadora:

Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do certificado de especialista em Turismo: Cultura e Lazer.

Brasília - DF, junho de 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo

Curso de Especialização em Turismo: Cultura e Lazer

MERGULHO NAS ÁGUAS DA MINERAL

Gabriella Fávero Rocco

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos (orientadora)

Profa. Dra. Deis Elucy Siqueira (membro)

Brasília, junho de 2005.

DEDICATÓRIA

Dedico este texto à Grande Mãe Natureza, musa inspiradora, sem a qual o presente estudo não teria esse *locus* de pesquisa tão rico em detalhes a decifrar.

AGRADECIMENTO

Manifesto minha gratidão primeiramente a meus pais, pelo incentivo em dar continuidade aos estudos acadêmicos e pelo apoio nos momentos de ansiedade e apavoramento. A Rivaldo, em especial, pela cumplicidade e comprometimento em me auxiliar nos momentos de maior dificuldade. Aos meus irmãos, por saberem ter paciência nos meus instantes de agonia. A Mariza, amiga e orientadora, pela tolerância e confiança em meu trabalho. Aos amigos, por entenderem as ausências e apostarem no meu sucesso. Finalmente, agradeço a meus informantes, pela disposição em dialogar comigo e pelo carinho com que me atenderam.

RESUMO

Tendo como perspectiva compreender de forma mais aprofundada os fenômenos que ocorrem na prática de atividades em ambientes naturais, especialmente em relação ao desenvolvimento humano, procuro, no presente estudo, identificar as percepções e significados atribuídos pelos freqüentadores do Parque Nacional de Brasília à experiência vivida na Zona de Uso Intensivo daquele lugar. Para tanto, a metodologia utilizada esteve centrada na perspectiva qualitativa de um estudo envolvendo cerca de dez usuários freqüentes do espaço aberto à visitação – a “Água Mineral”, além de membros da Administração do Parque.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizei-me da observação participante da experiência no lugar, de entrevistas semi-estruturadas e anotações em diário de campo. As interpretações se deram por técnicas de análise de conteúdo das entrevistas, das observações e anotações de campo, além da revisão de um arsenal bibliográfico e documental sobre Unidades de Conservação, em especial, do Parque Nacional de Brasília, meio ambiente, corpo e identidade na pós-modernidade. Pude identificar assim, nas atribuições dadas pelos diversos atores sociais sobre a experiência naquele espaço, alguns sintomas do lúdico, fenômeno caracterizado por uma valorização da imaginação, dos relacionamentos sociais mais espontâneos, bem como de um convívio harmônico com a natureza, e não de domínio sobre esta.

Palavras-chave: corpo; natureza; lugar; representação.

ABSTRACT

Having as perspective to understand in a deep way the phenomena that occur in the practical of activities in natural environments, especially in relation to the human development, I look for, in the present study, to identify the perceptions and meanings attributed by the visitors of the National Park of Brasilia to the experience lived in the Zone of Intensive Use of that site. For that, the methodology was centered in the qualitative perspective of a study

involving about ten frequent users of the area opened to visitation – so far called “Água Mineral” –, besides a few members of the Park’s Administration.

As instruments of collection of data, were used the participant observation of the experience in that place, half-structuralized interviews and notations on a journal. The interpretations were given by techniques of analysis of content of the interviews, the observation and notations of field, besides the revision of a bibliographical and documentary armory on Units of Conservation, especially of the National Park of Brasilia, environment, body and identity in post-modernity. In the attributions given by the diverse social actors on the experience in that space it could be identified some symptoms of playful, phenomenon characterized for a valuation of the imagination, of more spontaneous social relationships, as well as of a harmonic conviviality with the nature and not a domain on this.

Key-words: body; nature; place; representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 ----- p. 09

Figura 2 ----- p. 25

Figura 3 ----- p. 25

Figura 4 ----- p. 55

SUMÁRIO

Dedicatória -----	p. 02
Agradecimento -----	p. 03
Resumo -----	p. 04
Lista de Figuras -----	p. 06
Sumário -----	p. 07
Apresentação -----	p. 08
Capítulo I -----	p. 10
Capítulo II -----	p. 26
Considerações Finais -----	p. 56
Referencial Bibliográfico -----	p. 58
Apêndice -----	p. 62
Anexos -----	p. 66

APRESENTAÇÃO

“As fronteiras naturais e culturais do ambiente raramente são delineadas por linhas retas; onde quer que estas ocorram podemos esperar por algo excepcional”
(Ferretti, 2002).

As atitudes e reações da sociedade diante do ambiente natural variam conforme o tempo, a região em que se localiza e, principalmente, conforme a cultura que a envolve. Assim, “duas (ou mais) áreas geográficas poderão apresentar características ambientais muito parecidas, mas as formas de uso” desses *lugares* – num sentido impetrado por Augé (1994), “serão influenciadas pelas características culturais de quem ocupa aquele espaço” (FERRETI, 2002). O *lugar* exige ainda uma atitude diante dele, posto que é capaz de produzir uma ressonância. As maneiras de contemplar, de penetrar os espaços são elas mesmas carregadas de sentido – um arsenal de significados a ser acionado quando da interpretação de uma paisagem: ponto espacialmente localizado e temporalmente significado e ressignificado.

Com o propósito de promover um embate entre as categorias simbólicas de **corpo** e **natureza**, o que se faz necessariamente com o trânsito pelos aspectos culturais que permeiam essa relação, faço uso da noção de *técnicas corporais*, questão de interesse histórico e etnográfico, e que na contemporaneidade tem sido objeto de diversas argumentações socioantropológicas. Busco aqui uma aproximação dos estudos culturais para compreender as relações estabelecidas pelos indivíduos – atores sociais – com o meio ambiente em um contexto marcado pelo amplo processo de globalização e acelerado incremento do consumo de lugares, culturas e experiências.

Trabalho com a hipótese de que existe sim uma estreita relação entre a busca por esse espaço natural específico, a “Água Mineral”, e as práticas de cuidado com o corpo, não no sentido de “culto ao corpo”, de uma obsessão pela forma física perfeita, mas de harmonia entre corpo e espírito e entre estes e a natureza da qual somos parte integrante. Pois, já dizia Mauss (1974), “o homem não é um produto de seu corpo, mas faz deste produto de suas técnicas e representações em quaisquer lugares e a todo instante”.

A partir de uma ampla investigação desenvolvida por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com a população de usuários do Parque e conversas informais com membros da administração, bem como pela observação simples das atitudes corporais dos visitantes, procuro identificar as representatividades acerca das categorias corpo e natureza, que se associam por meio de variáveis socioculturais, com o intuito de verificar como se processam as relações entre indivíduo e meio ambiente nesse espaço específico de lazer.

No primeiro capítulo, proponho-me a fornecer um panorama acerca dos aspectos característicos do bioma Cerrado, bem como do contexto em que se deu a criação do Parque Nacional de Brasília, além de apresentar alguns dos fatores que demonstram sua importância como espaço de lazer para os habitantes da cidade e ainda de enorme potencial turístico para os visitantes de Brasília.

O capítulo seguinte vem, então, tratar de modo mais enfático do objeto de pesquisa, apresentando algumas definições do que seja o lazer na atualidade, quando sua dinâmica vai além da necessidade de repor as energias dispersadas durante o tempo de trabalho, representando, antes, uma oportunidade de estabelecer, revigorar e exercitar as regras de reconhecimento que garantem a rede básica de sociabilidade por meio de novas formas de encontro consigo, com o outro e com espaço onde se tece a trama do cotidiano.

Figura 1: Olho d'água.



Fonte: ROCCO, Gabriella. Em pesquisa realizada em março/abril de 2005. Brasília – DF.

CAPÍTULO I

Delimitando o espaço

A “imersão do sujeito na natureza” é como uma “busca solitária [...] de si mesmo [...] numa forma de intimidade com os seres e os cenários do mundo natural [...] uma difícil naturalização de si mesmo” (Carlos Drummond de Andrade).

“O termo meio ambiente provém do latim *medium* (meio), que se refere ao *lugar* onde qualquer ser vivo pode ser encontrado, e *ambire* (ambiente), que se relaciona a tudo o que envolve esse lugar. Portanto, o ambiente reforça o conceito de meio, repassando-nos a idéia de entorno ou da realidade física que envolve todos os seres vivos” (Ferretti, 2002: 04). O “meio ambiente é o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas [dentre elas o lazer], à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro dos padrões de qualidade definidos” (Branco, 1999, citado por Ferretti, 2002: 04).

Ferretti (2002: 04) busca em Casasola (2000) a sugestão de três subconjuntos do meio ambiente: (1) ambiente natural, referindo-se ao conjunto de ecossistemas naturais íntegros; (2) ambiente transformado, dos espaços criados; e (3) ambiente sociocultural, que envolve as instituições, crenças, valores e sistemas de vida criados pela sociedade – “a cultura em seu sentido mais amplo”.

Em uma “visão integrada do ambiente”, explorada na “Análise Sistêmica” esboçada pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertanffy, o sistema “adquire as características de unidade funcional” cuja “dimensão mínima é a de uma organização capaz de funcionar por si só”, supondo, ainda, a existência de conexões, interações ou ações recíprocas entre os “subsistemas” que o compõem (Ferretti, 2002: 06).

Ambiente expressa, assim, um “espaço territorialmente percebido, com diferentes escalas de compreensão e intervenção, em que se operam as relações sociedade-natureza. Exprime uma totalidade que só se concretiza à

medida que é preenchida pelos sujeitos individuais e coletivos com suas visões de mundo” (Loureiro *et. al.*, 2003: 18). Resulta, pois, da interação [mutável] entre a parte (sociedade) e o todo (natureza).

O desejo contemporâneo de *retorno à natureza* traduz-se em algumas buscas, como a obsessão pela proteção da natureza, a valorização e a tentativa de salvaguarda dos saberes e fazeres das comunidades, ou ainda de reencontrar a natureza por meio do turismo (Serrano, 1997: 11), ou outras práticas que levem a um contato mais íntimo com o ambiente natural.

De modo geral, “a admiração da paisagem implica a elevação do homem”. É, pois, “com base na representação da natureza como paisagem e como cenário para as ações humanas que se institui o seu consumo pelo turismo” (Corbin, 1989, citado em Serrano, 1997: 15) e pelo lazer.

Dentro desse tipo de iniciativa, as práticas de lazer em unidades de conservação desempenham importante papel, ao oferecerem um mínimo de infra-estrutura para atender a essa demanda de forma planejada e responsável, visando minimizar os impactos negativos aos ecossistemas naturais. Desse modo, o resgate das atividades em locais abertos, em contato com a natureza, trazem ganhos significativos à qualidade de vida das populações urbanas.

A particularidade do turismo atual ultrapassa o “deslocamento humano”, instaurando-se “na postura dos viajantes” e nos valores intrínsecos aos objetos de interesse, não apenas os utilitários. As novas formas de estar e de se relacionar com o mundo natural encontram-se “vinculadas ao surgimento da figura dos parques nacionais”, onde a “idéia de proteção ambiental” se adere à idéia da contemplação, do lazer e, “por extensão, do turismo” (Serrano, 1997: 105).

A origem dos Parques Nacionais encontra-se na demarcação de uma área pública, um “lugar aprazível para o benefício e lazer do povo”, além de se prestar à “preservação [...] das curiosidades naturais, ou das maravilhas” a serem mantidas em sua “condição natural”, como salientado no Ato Fundador do Parque Yellowstone, em 1872, nos EUA, que se deu ante um “amplo questionamento do antropocentrismo”, ora predominante na orientação de “representações e práticas humanas em relação à natureza” (idem: 104). O Parque Nacional de Yellowstone é, portanto, a pedra fundamental dos sistemas

de proteção de áreas naturais, apoiado em uma idéia de socialização e contemplação das belezas cênicas por parte das populações que delas se apropriam.

No caso do Brasil, a “preocupação com a proteção da natureza – em especial com a reserva de espaços para a conservação ambiental – só acontece tardiamente”. Com a instauração do Código Florestal, pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, ano da “primeira Conferência Brasileira para a Conservação da Natureza”, ampliam-se as perspectivas para o surgimento das Unidades de Conservação em maior abrangência. Tal decreto vem promover a “criação de parques nacionais”, estaduais e municipais, esses “monumentos públicos naturais”, com a finalidade de “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos¹”.

Em 1937 é então criado, no interior paulista, o Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro do País, objetivando dar incentivo à pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. É, no entanto, entre as décadas de 1960 e 1980 que são definidas a maioria dos parques e reservas brasileiros.

O Novo Código Florestal, datado de 15 de setembro de 1965, marca, pois, alterações significativas no paradigma geral da sociedade para dar conta da degradação ambiental, que à época já se processava com certa intensidade, mudando o foco na conceituação das unidades de conservação da natureza da proteção de ecossistemas de grande valor estético e cultural para a proteção de espécies ameaçadas de extinção, o que permitiu que nos anos 70 fosse também considerada a proteção de ecossistemas representativos da biodiversidade.

Em 1979 elabora-se um plano para a criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), onde se faria uma revisão dos conceitos de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica, no âmbito das áreas de uso indireto, bem assim às áreas de uso direto, como a Floresta Nacional. E já na década de 1980, a ênfase recai na conservação da

¹ Artigo 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Novo Código Florestal.

biodiversidade com vistas à manutenção das funções ecológicas essenciais ao equilíbrio do Planeta.

Os anos 90 e subseqüentes assinalam, nesses moldes, uma maior preocupação com a conservação da biodiversidade no contexto dos diferentes sistemas econômicos de produção e consumo sustentáveis (Barreto Filho, 1997). O SNUC² hoje define como objetivo básico dos Parques Nacionais a “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (art. 11º).

A realidade dos grandes centros urbanos, as pressões da vida moderna, tem gerado uma demanda cada vez mais crescente por atividades em ambientes naturais, donde “as Unidades de Conservação representam talvez os espaços mais significativos e importantes”, e a sua visitação pública apresenta certas vantagens, dentre as quais: “a possibilidade de maior integração das UCs com as comunidades locais e com a sociedade mais ampla; a circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitação; o aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer; a adesão de visitantes à tarefa de fiscalização” (Boo, 1992)³.

Diante do florescimento de diversos sinais de busca da natureza “associados ao mesmo universo mental das práticas do ecoturismo⁴, como as medicinas alternativas, a alimentação natural e os esportes praticados em ambientes naturais”, fica impossível negar a importância dessa atividade como fenômeno social. (Serrano, 1997: 16).

Visto isso e com base na noção sociológica de *lugar*, associado a uma cultura localizada no tempo e no espaço, sendo, pois, “identitário, relacional e histórico” – assim definido por Marc Augé em contraposição aos “não-lugares” estabelecidos em meio à superabundância espacial verificada em tempos de pós-modernidade (1994: 73) –, proponho de início um panorama acerca da criação do Parque Nacional de Brasília, seus limites espaciais e características

² Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

³ Boo, Elizabeth. *Ecotourism: The potentials as pitfalls*. 3 ed., V. 1. Washington: WWF, 1992, citado por Serrano, 1997: 111

⁴ Apresento essa definição mais à frente, no Capítulo II.

biofísicas, bem como da importância socioambiental para a população local e na promoção da sustentabilidade ecológica.

Cabe ressaltar que as áreas naturais protegidas contribuem sobremaneira para a preservação e conservação da biodiversidade, assegurando o equilíbrio ecológico essencial para a qualidade de vida das populações, beneficiando-as social, econômica e culturalmente em resultado de seus usos direto e indireto (Salgado, 2000).

Há registros da criação de reservas naturais para recreação datado dos tempos dos faraós, no Egito (Western & Wright, 1994, citado por Salgado, 2000: 01). No entanto, enquanto a conservação da natureza para fins recreacionais e estéticos se popularizou, a perda da diversidade biológica, causada pela má administração e o uso excessivo dos recursos naturais, emergiu como um grave problema ambiental na contemporaneidade. As “áreas protegidas”, definidas pela IUCN – International Union for Conservation of Nature and Natural Resources como as “superfícies de terra ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais a estes associados⁵”, surgem, então, como solução global para as ameaças locais à biodiversidade.

A criação de unidades de conservação tem sido, assim, a medida tomada pela maioria das nações para a proteção do meio ambiente, com objetivos de resguardar porções significativas dos ecossistemas, conservando a diversidade biológica e o habitat, além dos valores culturais intrínsecos. Entre essas unidades estão os parques nacionais, onde a visitação pública é permitida sob condições especiais, para fins educativos, culturais e recreativos (Tocantins, 2002: 145).

Os Parques Nacionais (PARNAs ou PNs) pertencem ao grupo das unidades de conservação de proteção integral – que hoje correspondem a 43,02% das 258 unidades de conservação demarcadas⁶ –, e destinam-se à preservação de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológico, científico, de beleza cênica e cultural, sendo vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta. Estes comportam a

⁵ Green *et al.*, 1999, citado em Salgado, 2000: 01.

⁶ Dado captado de lista elaborada pela Diretoria de Ecossistemas do Ibama, atualizada em 17/11/2004.

visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo plano de manejo específico da cada unidade⁷.

Considero, pois, que estes espaços naturais abrigam as mais belas paisagens e cenários espetaculares, sendo talvez, em diversas localidades, dos principais atrativos para o lazer, o turismo e outras atividades de recreação. A existência da área protegida em si procura assegurar o uso potencial (direto e indireto) de seus recursos no futuro, contribuindo para o desenvolvimento de bens e serviços, que incluem a manutenção e conservação dos recursos ambientais e processos ecológicos como fauna, flora e abastecimento de água potável, a proteção de feições históricas e culturais, a provisão de serviços de recreação e lazer, além de informações estéticas, espirituais, históricas, culturais, científicas e educacionais.

Interessa-nos aqui refletir acerca da função dos ecossistemas naturais na promoção do lazer, bem como do turismo, dois dos aspectos especificados nos objetivos da criação de Parques Nacionais e outras Unidades de Conservação (Salgado, 2000: 21), as quais são definidas pela Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como os “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O Distrito Federal, e por conseqüência Brasília, encontra-se inserido em uma região ambientalmente privilegiada. O Cerrado ocupa cerca de 22% do território nacional, numa área total de aproximadamente 2.100.000 km², com ação antrópica em 700.000 km². É o segundo bioma brasileiro em diversidade exercendo um enorme fascínio em sua contemplação. A riqueza de sua flora e fauna fez com que o Cerrado fosse incluído recentemente na lista dos 25 *hotspots* existentes no mundo, ou seja, é um dos locais do planeta prioritários para a conservação da natureza devido às suas peculiaridades.

O Cerrado abrange especialmente estados das regiões Centro-Oeste e Sudeste: Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí, além do Distrito

⁷ Informações captadas em janeiro de 2005 no sítio do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, na Internet: <http://www.ibama.gov.br> .

Federal, que está totalmente localizado na área nuclear do Cerrado. Manchas isoladas de Cerrado podem ainda ser encontradas em na região Norte, em Roraima, Amapá, Amazonas e Pará.

Do total de Cerrado original, cerca de 57 por cento do já foram devastados e as áreas remanescentes encontram-se já muito alteradas, de acordo com o estudo sobre a devastação do bioma publicado este ano pela ONG Conservação Internacional – CI.

De acordo com Salgado (2000: 40), já na Constituição de 1891, estava determinada a pesquisa e demarcação da área em que se estabeleceria a futura Capital Federal. Com este propósito, foi instaurada uma Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, hoje conhecida como Missão Cruls, para produzir estudos e imagens e demarcar um quadrilátero de 14.400 km². Realizou-se, então, um levantamento minucioso dos aspectos topográfico, climático e geológico, bem como da fauna, flora, recursos minerais e hídricos, o que resultou em um relatório bastante apreciado por sua elaboração minuciosa e informações preciosas. Contudo, o movimento de interiorização da Capital viria a ser retomado somente na segunda metade do século XX, com a promulgação da Lei nº 1.803, de 05 de janeiro de 1953, que previa a criação de uma cidade para abrigar 500 mil habitantes.

Como já mencionado, a definição da localização dessa unidade da federação exibiu, desde o início, uma preocupação com os aspectos ambientais do Cerrado (que abrange diversas tipologias de vegetação – campo cerrado, cerrado propriamente dito, cerradão e mata ciliar ou de galeria em uma superfície de 1,6 milhões de km², correspondente à sexta parte do território nacional), bioma em que se estabeleceria o Distrito Federal. Visando dar continuidade a essa importância atribuída ao meio ambiente, quando inaugurada a nova Capital, Tancredo Neves, então Primeiro-Ministro, aproveitando-se de um convênio mantido entre o Ministério da Agricultura e a Companhia de Desenvolvimento da Nova Capital – NOVACAP, que se propunha a criar novas reservas e postos florestais no DF, e existindo uma área (a Fazenda Bananal) que justificava a criação de um Parque Nacional, fez uma exposição de motivos ao Presidente da República, onde destacava o fato da área ser recoberta por flora e fauna típicas do Cerrado, formação vegetal que atinge cerca de 1,5 milhões de km², equivalente à sexta parte do território

nacional, estando Brasília localizada na zona central desse tipo de vegetação. Enfatizou ainda a incidência de acidentes *sui generis* na topografia local – como as nascentes de água cristalina, os penhascos de arenito e outros fenômenos somente ali verificados. Além disso, alegou que o local comportava as bacias dos três mananciais hídricos fornecedores de água potável para a Capital, que precisavam ser postos sob domínio e guarda de um organismo federal.

Outros motivos tratavam da manutenção da área em estado natural, contribuindo para o equilíbrio das condições climáticas e evitar a erosão do solo, servindo, ainda, à instituição de práticas de educação ambiental, objeto de estudos e pesquisas diversos.

Acatada, tal exposição culminou no Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961, que criava o Parque Nacional de Brasília, sendo pioneiro no processo de estabelecimento de uma série de unidades de conservação no Distrito Federal e no País – já que até então existiam apenas três parques nacionais em todo o território brasileiro. Hoje somam-se 53 os Parques Nacionais brasileiros, estando 6 deles na Região Centro-Oeste.

É uma unidade de conservação federal, de proteção integral, e tem como objetivo manter os ecossistemas, desenvolver atividades de pesquisa e educação ambiental, permitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. No ano de 1992 foi declarado pela Unesco como uma das unidades componentes da área nuclear da Reserva da Biosfera do Cerrado. É considerado o maior Parque Nacional em área urbana em excelente estado de preservação em todo o mundo.

Limites

Levando em conta o art. 175 da Constituição Federal, que coloca sob proteção e cuidado do Poder Público “as obras, monumentos de valor histórico, [...] monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza” e considerando ainda a existência, na área do Distrito Federal, de florestas merecedoras de cuidados especiais por protegerem os mananciais hídricos que abastecem a região, fica criado em 29 de novembro de 1961, pelo Decreto nº 241, o Parque Nacional de Brasília (PNB ou PARNA Brasília), uma Unidade de Conservação (UC) federal que abrange uma área *core* do Cerrado de

aproximadamente 30 mil hectares, “situada entre os paralelos 15° 35’ e 15° 45’ e os meridianos 48° 5’ e 47° 53’, com a seguinte linha divisória: ao norte, nordeste e noroeste pela Estrada Parque do Contorno – EPTC; ao sul pela Estrada Parque Acampamento – EPAC; a sudeste pelo Córrego Acampamento; a sudoeste pela Estrada Parque do Contorno – EPTC; a leste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA e pela Estrada Parque do Contorno – EPTC; e a oeste pela Estrada Parque do Contorno – EPTC” (Decreto nº 241/61, art. 2º).

Cabe neste ponto mencionar que desde novembro de 2004 está em pauta na Câmara Federal um Projeto de Lei (nº 4186/04) que propõe a ampliação da área do PNB em 16.230 mil hectares. O projeto, que chegou ao Congresso em novembro de 2004 em caráter de urgência, foi retirado da pauta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para que fosse realizada consulta pública sobre a matéria. Desde então o projeto sofreu diversas alterações. Em fevereiro de 2005 foi apresentado um substitutivo que reduzia a área de ampliação em 48% do inicialmente proposto, equivalendo a 8.300 hectares, o que, conforme o Ibama, descaracteriza os elementos fundamentais para garantir a representatividade da biodiversidade e a preservação de importante área de recarga de aquífero.

O projeto inicialmente encaminhado pelo Executivo à Câmara acrescenta ao Parque a região das nascentes e vales do rio Palma, os córregos Dois Irmãos e Cupim, além de reintegrar áreas consideradas Parque Nacional ainda no Decreto de sua criação, o que contribuirá para o fortalecimento do mosaico de unidades de conservação que engloba a Floresta Nacional de Brasília (FLONA Brasília) e a Reserva Biológica da Chapada do Contagem, resultando em um maior trânsito e animais e fluxo gênico de espécies nativas da região.

Em meio a divergências e contrariedades, atos públicos e discussões, mais reduções devido a interesses especulativos, o Projeto de Lei, já bastante modificado, foi votado em 04 de maio de 2005. Depois de mais de cinco meses de impasse e cinco adiamentos, ao que os meios de comunicação passaram a reportar como a “novela do Parque Nacional de Brasília”, no dia 04 de maio de 2005 a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou, à

pressas, o 2º substitutivo do documento original que amplia a área do PNB de 30 mil para 41.800 hectares.

A aprovação do PL em primeira instância serve apenas como medida paliativa. O projeto terá que passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça antes de ir à plenária. Isso se o Ibama não decidir retirar o PL da pauta e recorrer à ampliação por meio de Decreto Lei. Até o fim desta pesquisa o caso não havia sido encerrado para que se pudesse complementar as informações. Como este não é o foco desta pesquisa, retomo os limites hoje vigentes nesta unidade de conservação.

O acesso se dá por rodovia pavimentada através da Estrada Parque Industria e Abastecimento - EPIA e das vias que procedem do Setor Militar Urbano, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Parque de Exposições da Granja do Torto.

É regulamentado pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que estabelece as normas que definem a caracterização dos Parques Nacionais: “as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo” (art. 1º, § 1º).

A área de influência, delimitada pela Revisão do Plano de Manejo do PNB (Ibama & Funatura, 1998) encontra-se assim caracterizada:

- ao norte, nordeste e noroeste, confronta-se com a Área de Proteção Ambiental – APA Cafuringa;
- a oeste, faz fronteira com a APA do Descoberto;
- a sudoeste forma um corredor ecológico com a Floresta Nacional (FLONA) de Brasília, e vai de encontro com áreas altamente urbanizadas, destacando-se as Cidades-satélites de Ceilândia e Taguatinga, além de Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria;
- ao sul e a sudeste está a cidade de Brasília (o Plano Piloto), bem como os núcleos urbanos (ou Regiões Administrativas – RAs) do Lago Norte, Lago Sul, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e Park Way;
- a leste, o confronto é com Sobradinho e escarpas da Chapada do Contagem (Ibama & Funatura, 1998, citado em Salgado, 2000:51).

Com 30 mil hectares, esta é uma das mais importantes unidades de conservação do Distrito Federal, situando-se a apenas 10 km a noroeste da

Estação Rodoviária de Brasília, fazendo limite com as Áreas de Proteção Ambiental do Descoberto (a oeste) e do Cafuringa (ao norte), e também com a Floresta Nacional de Brasília (a sudoeste).

O PNB é considerado “zona núcleo” da Reserva da Biosfera do Cerrado, envolvida por uma “zona tampão” e uma “zona de transição”⁸.

O Plano de Manejo do Parque, datado de 1979, aponta como impactos negativos uma série de usos verificados em seu interior, que são incompatíveis com os objetivos de um Parque Nacional (para mais detalhes a respeito desses objetivos, ver Decreto nº 84.017/ 1979). Considera-se que os principais focos de problemas internos estão na Barragem de Santa Maria, na Estação Sismológica e na área aberta à visitação pública. O Parque encontra-se praticamente cercado por atividades que põem em risco sua integridade como unidade de conservação de proteção integral. Os usos e ocupações alteram a vegetação, desencadeando impactos na fauna, flora e recursos hídricos, o que afeta sobremaneira a paisagem natural (Salgado, 2000: 58 e 59).

Ecossistemas

Na área do Parque encontram-se as bacias hidrográficas dos ribeirões do Torto e Bananal, subsidiários do rio Paranoá, formando a Barragem de Santa Maria (com área de 825 ha), responsável pelo abastecimento em 30% da água potável consumida no Distrito Federal. Para além da abundância de água, ocorrem ainda algumas “feições hidrogeológicas exóticas”, terminologia utilizada na Revisão do Plano de Manejo do PNB, realizada pelo Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em parceria com a Funatura – Fundação Pró-Natureza (1998).

Entra nessa categoria, o fenômeno “peito de moça”, caracterizado pela existência de um tipo de fonte “de contato” não ligada ao lençol freático, originada no contato entre rochas permeáveis e impermeáveis, onde a água que emana do topo de uma elevação, escorre lateralmente e logo após, alguns metros à frente, infiltra novamente no solo. Um outro fenômeno, conhecido por “três buracos”, consiste em uma série de três buracos dispostos linearmente, interligados por um fluxo águas subterrâneas perene aflorando em alguns

⁸ Ver Lei Complementar nº 742/94 e o programa O Homem e a Biosfera, da Unesco.

pontos. Com o afloramento de água, desenvolveu-se nos limites internos de cada buraco uma vegetação densa e exuberante, do porte das matas ciliares. As fontes – estimadas em cerca de 25 – são na maioria perenes, apresentando variações significativas em função da sazonalidade. Há ainda os “campos de murundus”, extensas áreas de pouco declive em que pequenos morros secos se distribuem sobre uma superfície constantemente úmida, sendo observados próximo às nascentes de drenagem.

Observam-se afloramentos de quartzitos de coloração variada, ressaltando-se os tons róseos e violáceos. Possui relevo mais ou menos suave, oscilando entre 1.070 e 1.200 metros de altitude. A unidade pedológica mais representativa é o latossolo, de cor avermelhada, caracterizado pela profundidade, porosidade, fraca fertilidade e acidez excessiva. Encontram-se ainda litossolos (nas formações de campos limpos e campos sujos), solos aluviais (nas áreas de brejo, ricas em matéria orgânica) e solos hidromórficos ao longo dos cursos d'água.

Quanto aos minerais disponíveis, o contexto geológico impõem limitações na variedade. Ainda assim, ocorrem argila, cascalho, areia e cristais de quartzo. No entanto, o bem mineral mais precioso ali observado é, sem dúvida, a água. Esta corre em reservatórios naturais de superfície e subsuperfície, atribuindo-lhe um valor considerável. O depoimento de um de meus informantes, Moacir, de 65 anos, Conselheiro do Parque, é bastante elucidativo nesse aspecto de valorização da abundância de água pura no interior do PNB. Faz menção a um professor italiano que está no Brasil há 8 anos, e costuma comentar que:

“... se a Água Mineral fosse no Central Park, em Nova Iorque, ia ter milhões de brasileiros que iriam pagar uma viagem pra chegar até lá, pagar um absurdo pra tomar banho de água mineral e voltar dizendo: *Eu tive em Nova Iorque e tomei banho de água mineral!*”.

O parque está localizado nos domínios do Planalto Central, precisamente na subdivisão das chapadas do Distrito Federal, sendo possível observar, quanto à geomorfologia, 3 unidades: a Chapada do Contagem – que, como reza a lenda, recebeu tal denominação porque durante o ciclo do ouro, as extrações feitas na região de Pirenópolis eram transportadas para o litoral

baiano passando pelo interior do Parque, onde era feita a "contagem" - a, a Depressão do Paranoá e as Encostas da Contagem.

Quanto à vegetação, apresenta algumas variedades tipológicas do Cerrado: campo – que se distingue em campos limpos (de brejo) e campos sujos –, cerrado propriamente dito (*sensu stricto*), caracterizado pela enorme diversidade florística tanto no estrato arbóreo quanto no rasteiro, apresentando árvores retorcidas, de porte reduzido e cascas espessas e corticentas, além das veredas, campos de murundus e matas de galeria pantanosa e não-pantanosa, de grande importância na manutenção dos mananciais hídricos do bioma.

A flora apenas parcialmente conhecida, mas estima-se a presença de diversas espécies raras, algumas endêmicas e mesmo típicas e outras constantes da lista de perigo de extinção. Destacam-se ali plantas típicas de cerrado de conhecimento e uso popular. Do gênero alimentício podem-se citar o araçá, o araticum, o buriti, o jatobá, o baru, o pequi e a guariroba. Já entre as espécies de uso medicinal estão o barbatimão, a catuaba, o prá-tudo, o pausanto, a sucupira, a cagaita, o murici, a arnica, o assa-peixe, a macela e tantas outras. Há ainda as plantas ornamentais como a esponjinha do cerrado e a sempre-viva e a caliandra.

As características hidrográficas, geomorfológicas e fitogeográficas facilitam a migração constante de fauna ao longo dos cursos d'água. Dentre as espécies observadas estão a anta, o caitetu, a capivara e o coati, além de algumas espécies ameaçadas como o lobo-guará, o veado-campeiro, o tatu-canastra e o tamanduá-bandeira podem ser ali avistadas.

Da avifauna destacam-se a ema, a siriema, o tucano-açu, o carcará, diversos papagaios e outras tantas variedades passeiformes, sendo inclusive mantido dentro dos limites do PNB um Centro de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres – CEMAVE.

Aspectos socioculturais

Na Zona de Uso Intensivo do Parque – cuja função é especificada no art. 7º do decreto de criação –, encontra-se a área de visitação pública. Conhecida como “Água Mineral”, conta com 137,5 dos 30 mil hectares totais do PNB para

suprir a carência da população por locais de lazer, especialmente em contato com a natureza.

A Água Mineral é, assim, uma pequenina fração deste Parque, e comporta toda uma infra-estrutura de suporte para usufruto dos freqüentadores. A unidade é aberta diariamente à visitaçãõ de 8h00 às 16h00, e o valor do ingresso é de R\$ 3,00 por pessoa. As opções de lazer englobam duas piscinas de água mineral corrente, formadas a partir dos poços d'água, que surgiram às margens do Córrego Acampamento, com a extração de areia feita durante a implantação da nova Capital. Em volta das piscinas há banheiros, posto médico e alguns quiosques de venda de produtos alimentícios – milho cozido, cachorro-quente, sorvete artesanal, coco verde e caldo-de-cana.

A piscina 01, a mais antiga, existe desde a abertura do Parque. Tem extensão de mais ou menos 25m e funciona de terça-feira a domingo, sendo esvaziada para limpeza na segunda-feira. Já a piscina 02, de maior extensão (cerca de 80m) e por isso mais procurada para a prática da nataçãõ, só foi construída há cerca de 15 anos. Esta é limpa às terças-feiras e só é aberta a partir de sexta-feira, posto que leva mais tempo para encher, já que a vazãõ é menor. Ao redor das piscinas há trilhas para caminhada e pista de *cooper*. A Trilha do Cristal D'Água tem cerca de 5 km, e a da Capivara tem aproximadamente 1,3 km. Há ainda a Ilha da Meditaçãõ, espaço peculiar que fica próximo ao Centro de Visitantes, onde técnicos do Ibama atendem escolas públicas e privadas, oferecendo informações e atividades de educaçãõ ambiental. Este possui um auditório onde ocasionalmente acontecem alguns eventos, um pequeno museu que conta um pouco da história do Parque e apresenta amostras de algumas das espécies ali encontradas, além de um quiosque para venda de camisetas com motivos ecológicos.

No prédio da Administração funcionam os escritórios para a administração e fiscalizaçãõ da unidade, oferecendo ainda serviçõ de apoio aos pesquisadores. Conta também com um Almoxarifado para depósito de diversos materiais, incluindo os de combate a incêndios florestais e uma Garagem para as viaturas utilizadas pelos funcionários do Ibama.

A área é bastante procurada pela população local com finalidades de lazer e recreaçãõ. O espaçõ da Água Mineral é associado à valorizaçãõ do ser

humano, bem como à saúde física e mental, despertando sentimentos de prazer e beleza, bem-estar e equilíbrio emocional.

O valor de conservação do Parque Nacional de Brasília é determinado por fatores diversos, com destaque para a preservação de uma importante faixa de ecossistema do Cerrado, incluindo córregos e nascentes que abastecem as Barragens de Santa Maria e do Torto e habitats singulares de diversas espécies.

As áreas ambientalmente protegidas têm valor, ainda, pelas oportunidades de “enriquecimento espiritual” e “desenvolvimento cultural” que propiciam (de Groot, 1992, citado em Salgado, 2000: 98).

Quanto ao uso direto dos bens e serviços ambientais oferecidos, uma pesquisa efetivada em 1998 (Salgado, 2000) destaca como principais aspectos o lazer, o turismo, o contato com a natureza – áreas verdes, ar puro –, a sociabilidade, contribuição para a informação e educação ambiental, e ainda o equilíbrio e a sustentabilidade ecológica, proporcionando qualidade de vida, prazer estético e emocional.

Nos finais de semana e feriados, principalmente os ensolarados, o número de visitantes chega a 7 mil/dia (dados da Revisão do Plano de Manejo, 1998). As atividades desenvolvidas nesse espaço e as formas de visita são, contudo, bastante distintas, especialmente em se comparando a ocupação do mesmo espaço durante a semana, e ainda, nas primeiras horas do dia (entre 6h00 e 8h00) – quando é permitida somente a entrada dos mensalistas⁹.

Os Parques Nacionais são as primeiras unidades de conservação e proteção da natureza criadas pelo Poder Público brasileiro, com a finalidade de “preservar o ambiente contra os efeitos da degradação natural e eliminar a possibilidade de intervenção artificial que importe em lhe alterar o aspecto, conteúdo ou desenvolvimento”, além de “resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”,

⁹ Os freqüentadores do Parque, ou melhor, da Água Mineral, são classificados em diaristas (que pagam ingresso no dia da visita – R\$ 3,00) e mensalistas (que pagam uma taxa de R\$ 30,00 para entrar diariamente durante o mês). Cabe aqui ressaltar que os mensalistas são mais capazes de reconhecer o sítio como Parque Nacional, enquanto os diaristas tendem a identificá-lo apenas como “Água Mineral”, até mesmo ignorando suas funções ambientais e ecológicas primordiais.

estando vedada, ainda, “qualquer forma de exploração dos recursos naturais” exceto a cobrança de taxa para a visitação.

Até aqui, apresentei um panorama dos aspectos históricos, geográficos e ecossistêmicos do Parque Nacional de Brasília, bem como das instalações que o tornam um espaço de uso e contemplação da natureza preservando as suas características mais marcantes e estruturantes. Convido-os agora a dar um mergulho na Água Mineral, para que se percebam os modos como são tramadas as relações dos indivíduos com esse espaço, o qual é por eles apropriado.

Figura 2: Piscina 01 (a “velha”) em um dia de semana.



Figura 3: Piscina 02 (a “nova”), em um fim de semana de pouco movimento.



Fonte: ROCCO, Gabriella. Em pesquisa realizada em março/abril de 2005. Brasília – DF.

CAPÍTULO II

Imersão do corpo na natureza

“Experiência não é o que acontece com um homem; é o que um homem faz com que lhe aconteça”
(Aldous Huxley).

São infinitas as maneiras de se estar em um lugar e, mais infindáveis ainda as possíveis formas de se percebê-lo. Deixo claro, esse recorte – que deve levar em conta inclusive o referencial sociocultural da própria pesquisadora – representa apenas uma das múltiplas leituras (ou enfoques) cabíveis dos usos do corpo nos espaços naturais. É, portanto, um convite a um mergulho nas águas da Mineral. E, assim como nas trilhas abertas no Parque existem bifurcações, rumos a serem tomados a partir das escolhas individuais, fica, então, a critério do leitor optar pelo estilo de “nado” que melhor lhe aprouver.

Enxergo o lazer, a cultura e o turismo como fenômenos sociais, partes da dinâmica em que homem e sociedade transformam-se mutuamente. Acredito, assim, que abordar a temática do lazer envolve uma energia muito mais sensível do que propriamente racional, embora em se tratando de uma produção de cunho científico seja terminantemente necessário contemplar idéias e reflexões cunhadas na literatura disponível.

Desse modo, para dar conta das categorias simbólicas a que me proponho, bem como das observações feitas em campo, reporto-me a alguns temas recorrentes nas ciências humanas, visto que o Lazer, e também o Turismo, não tendo ainda alcançado o patamar de Ciência, não têm conceitos muito bem definidos e, portanto, trabalham com categorias, classificações, especificidades tomadas de empréstimo de outras ciências, em particular das Sociais. Apesar de os conceitos não estarem bem cristalizados, e talvez por esse mesmo fator, a carga criativa que se aplica em sua utilização é ampla, transversalizando abstrações de diversas outras disciplinas e temáticas. Vale-se, logo, do “néctar” de áreas já consagradas.

Espaço

Começo, pois, falando de *lugar*, que aponta para um sentido de “enraizamento social”, que permite a “construção de referências culturais” emergentes de “molduras simbólicas [...] arranjos identitários que se expressam através de signos de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos a um grupo social”. São “lugares de memória”, profundamente relacionados a “ritos” e “celebrações coletivas”, o que autoriza o entrelaçamento de “experiências diversas no tempo e no espaço [...] imprimindo vida e historicidade às práticas culturais” (Veloso, 2004: 32 e 33).

Tomando de empréstimo uma categorização dos freqüentadores da Zona de Uso Intensivo do Parque Nacional de Brasília anteriormente produzida por Andréa Lobo em uma análise sócio-antropológica desse mesmo espaço¹⁰, que creio possa ainda ser percebida nesses mesmos moldes, tem-se que: nos dias de semana, estão subdivididos em (1) freqüentadores assíduos e (2) freqüentadores esporádicos, havendo ainda os (3) freqüentadores de fim de semana.

O presente estudo concentra-se, pois, na categoria (1), dos freqüentadores assíduos, posto que logo de início percebi neste grupo de sujeitos os aspectos a que me proponho contemplar. Em grande medida, esse grupo de freqüentadores assíduos é mensalista, ou seja, paga uma taxa mensal de R\$ 30,00 que lhes permite entrar na Água Mineral todos os dias da semana a partir das 6h00 da manhã. Alguns são ainda membros da AFAM – Associação dos Amigos do Parque Nacional de Brasília, que além de nomear os conselheiros dessa Unidade de Conservação, fazem manifestações, levam reivindicações aos membros da Administração do Parque, empenham-se em incentivar atividades diversas como a hidroginástica matinal, o *Café Ecológico* e o *Luágua*, que contribuem sobremaneira para uma maior integração entre os indivíduos e o espaço de que se apropriam.

Tenho que a cultura não é um dado, mas, antes, uma produção histórica, inscrita na construção das relações dos grupos sociais entre si (Cuche, 1999: 143), cada cultura particular é, portanto, uma reunião de

¹⁰ Para maiores detalhes sobre essas categorias, ver LOBO, Andréa de Souza. Parque Nacional de Brasília: uma tentativa de análise sócio-antropológica de um espaço artefactual. Dissertação de Graduação. Departamento de Antropologia – UnB, 1998.

elementos originais e elementos importados, resultado de inversões e empréstimos de outras culturas (idem: 149).

Pierre Bourdieu (1998) trata da “cultura”, recorrendo ao conceito de *habitus*, “sistema de disposições duráveis e transponíveis”, que funcionam como princípios geradores e organizadores de práticas e representações. O *habitus* é, assim, o que caracteriza uma classe ou grupo social em relação a outros. Estando profundamente interiorizado, permite aos indivíduos se orientarem em seu espaço social e adotarem práticas em comum acordo com seus vínculos sociais.

É ainda a incorporação da memória coletiva. Operando abaixo do nível de consciência individual, o *habitus* se inscreve nas práticas que orientam as pessoas nas disposições corporais, nos gestos, nos gostos. A “*hélix* corporal”, nada mais é que uma “concepção de mundo incorporada”. Cada indivíduo, por meio de seus gestos e posturas, revela o *habitus* profundo que o habita, sem, contudo, se dar conta e sem que os outros tenham necessariamente consciência disso (Bourdieu, 1998).

Nesse mesmo sentido, Featherstone (1995) enfatiza que “o termo *cultura* [...] abrange um amplo leque de significados [...] usado de várias maneiras para designar normas, idéias, crenças, valores, símbolos, linguagens e códigos. Pode também assinalar o processo de desenvolvimento espiritual e intelectual da pessoa, ou os redutos e práticas [...] e ainda todo o modo de vida [*modus vivendi*] de um grupo, povo ou sociedade”. Supõe implicitamente um “conjunto comum e compartilhado de significados, crenças e valores” que se “articulam num todo integrado” (idem, 1995: 179).

Aliás, “... nas chamadas sociedades de consumo, a posse ou fruição de bens culturais e simbólicos, as preferências [...] individuais ou de determinados grupos ou estratos sociais, revelam também uma intenção de comunicar, de distinguir e de identificar” (Mendonça, 2003: 40 e 41).

O estilo de vida seria, nesse aspecto, um “conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça” por preencherem necessidades utilitárias e darem “forma material a uma narrativa particular de auto-identidade” (Giddens, 2002: 77). Na vida social moderna, a noção de “estilo de vida” assume significados particulares no jogo dialético entre local e global, e mostra-se importante na constituição da auto-identidade e das atividades cotidianas.

São práticas rotinizadas, “rotinas incorporadas em hábitos de vestir, comer, modos de agir e lugares preferidos de encontrar os outros” (idem: 80).

“Ah... nem mar substitui isso! [A gente] geralmente vai pra praia [nas férias], porque a gente fica aqui, longe do mar... há uma necessidade. Mas não vê a hora de chegar por causa dessa água aqui, desse convívio...” (Neuza).

“A gente vai pra qualquer lugar, mas em todo lugar que a gente vai... tá sempre com o espírito, o pensamento voltado para a Mineral. E quando a gente tá fora, sente falta. Mesmo numa praia a gente sente falta da Mineral, justamente por conta do privilégio de ser uma água purinha, mineral! [...] Quer dizer, isso aqui é um privilégio que pouca gente no mundo tem [...] a gente dá muito valor, tem o maior carinho por isso aqui!” (Moacir).

As “imagens identitárias”, aquelas formadas pelos sinais visuais trocados em situações de interação, e que entram na construção social de nossas “aparências corporais mutantes”, só existem em relação a outras e, por serem identitárias, são formuladas e reformuladas por meio de ritualizações – a ida à “Mineral” diariamente naquele horário específico, as atividades físicas ali praticadas, a contemplação da natureza, os encontros casuais etc., tudo isso funciona como “redes de relações significantes”, que criam o *mesmo* e o *outro*, e são objetivadas por meio de símbolos e elementos que compõem a aparência corporal (Goldenberg, 2002: 43).

Assimilo disso que as especificidades do *locus* enquanto “espaço privilegiado de interação social” servem ao desenvolvimento da idéia de um “capital social”, ou seja, a trama social na qual “o conhecimento adquirido com a vivência compartilhada num determinado espaço ao longo do tempo e as relações de identidade e solidariedade que se estabelecem [...] passam a constituir-se em um *ativo cultural*” construído em forte interação com o meio ambiente (Nicoletti, 2003: 58).

Isso fica bem claro quando pergunto aos meus informantes se enxergam naquele espaço da Água Mineral qualquer importância para a sociabilidade. Todos, sem exceção, afirmam existir sim esse aspecto. Alguns, no entanto, são mais enfáticos. Arrisco a dizer que 50% da amostra parecem estar mais cientes das trocas que a frequência ao Parque proporciona. Bem elucidativa é Daniela

(27 anos) que, em sua primeira semana como mensalista, já sentiu o “espírito” do lugar:

“A gente tava até comentando isso... Como é a primeira semana, a gente tava falando que já têm pessoas que nos cumprimentam; e você pode notar que têm pessoas que conhecem todo mundo, passa e fala com um por um. Então, assim, é um lugar família. e isso é gostoso. Todo mundo passa na trilha e dá *bom dia*. Em Brasília isso é muito difícil. Você entra no elevador com uma pessoa e ela nem te cumprimenta. E aqui você vê que as pessoas são bem... sociáveis. É essa a energia gostosa da Água Mineral, que você não vê em muitos lugares...”.

E ainda sobre a importância do contato das pessoas nesse espaço, para Roberto, que já frequenta a Mineral há mais tempo:

“É maravilhoso [...] Isso aqui é praticamente uma família, né? Todo mundo e conhece, ... se cumprimenta. O pessoal que frequenta mesmo o parque é todo mundo conhecido”.

Nesse sentido, a “cordialidade” pode então ser vista como uma “técnica de ligação social”, fundamento das “redes imaginárias da sociedade” em suas interações (Goldenberg, 2002: 127).

Símbolo expressivo da atual relação do homem com a natureza, a busca de uma [re]aproximação com o meio ambiente não transformado pelo homem tem sido associada à rotina diária, ao cotidiano marcadamente estressante das grandes cidades, o que se reflete em um crescente interesse por espaços e práticas consideradas ecológicas, quaisquer formas de contato com o ambiente natural que tenham a “função terapêutica de resgatar aos homens seus valores mais dignos e éticos” (Montoro, 2003: 199 e 200), percebendo-se como parte da imensa e intrincada *teia da vida*, já anunciada por Fritjof Capra¹¹.

As restrições do contato direto com áreas naturais em regiões predominantemente urbanas, onde o ambiente natural é percebido e vivido apenas parcialmente, provoca em alguns indivíduos a busca por um convívio mais significativo com a natureza. Considerando as práticas ecológicas como

¹¹ CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

uma visita sensível do corpo à natureza, onde a corporeidade reflete as relações físicas e perceptivas do indivíduo em relação ao meio ambiente (Bruhns, 2003), enfatizo que é através das experiências corporais sensíveis que o homem toma consciência de seu papel como parte de um sistema vivo, esse complexo organismo que é a Natureza.

Ao invés de suplantá-la, o sujeito (homem) se insere na natureza em busca de emoções e sensações, seja na observação da fauna e da flora nativas, no reconhecimento de plantas, pedras, sons, cheiros, cores, na procura de significados para além de uma simples performance corporal.

Ao enxergar a cultura, no sentido de culto, de cultivo de uma relação sagrada do homem com a terra (a natureza), o contato com ambientes naturais é tido como capaz de exaltar essa relação um tanto abandonada na corrida urbana dos tempos modernos, e que, agora, vem sendo resgatada por meio das práticas ditas ecológicas, como as caminhadas ao ar livre, o ecoturismo, entre outras tantas.

Tenho, pois, que “tudo o que se fala sobre, cria um certo encanto, agrega significados”. Como dito certa vez, “turismo, é o dedo que mostra¹²”. As paisagens e sítios notáveis o são pela formação natural e a forma com que foram agenciados pelo homem, provocando um envolvimento e sensibilização dos indivíduos em relação aos lugares, ou melhor, às paisagens em toda a sua dinamicidade.

A percepção do tempo e do espaço muda com o avanço dos meios de transporte e comunicação. O tempo pós-moderno já não é mais um tempo contínuo, progressivo, cronológico (do grego *cronos*¹³), como na modernidade. Verifica-se atualmente uma superposição de tempos: são múltiplas temporalidades, múltiplas vozes; um excesso de signos e imagens; a hiper-realidade, onde real e imaginário parecem se confundir, onde os códigos comportamentais não estão bem definidos. Formam-se “redes de interconexão” transitórias, traduzidas na idéia de “comunidades estéticas temporárias” acionada por Maffesoli (2000), unidas mais por uma sociabilidade, um desejo

¹² Carlos Delphim, em disciplina ministrada durante o Curso de Pós-graduação em Turismo: Cultura e Lazer, no CET/ UnB, em agosto de 2004.

¹³ O tempo interior, *kairos*, é tão vasto quanto o espaço infinito. O tempo linear, em seqüência, que dita o ritmo de nossas vidas, é denominado de *cronos*, por isso o tempo cronológico.

de estar junto, um costume, um compartilhar momentos sem uma finalidade utilitária específica.

Há, na pós-modernidade, um estímulo ao inconsciente (ego) do indivíduo, e é nesse ponto que entra o lazer, a viagem, exercício do imaginário, busca incessante pela atividade estética, quando vida e arte já não se diferenciam com tanta clareza.

Assumo aqui as atividades no meio ambiente – onde se encaixa o ecoturismo como uma das mais variadas facetas do lazer na pós-modernidade – como “mediadoras da integração do corpo humano nas suas várias dimensões (conhecimento, emoção e vontade)”, incluindo-se o aspecto da religiosidade (no sentido de re-ligação), de espaço de celebração que envolve homem e natureza numa mesma relação, havendo a possibilidade de reversão do espaço físico para a própria pessoa, numa “realização prazerosa em si” (Bruhns, 1997: 126, 127).

Nesse sentido, o lazer se aproximaria de uma idéia de “contemplação”, de um “olhar tranqüilo”, sem imposições, explorações, manipulações; uma “troca de gestos recíprocos com a natureza” (Brandão, 1994, citado por Bruhns, 1997: 128); uma relação solidária, pautada na descoberta de um “vínculo ético e afetivo com o cosmos”. Espécie de “diálogo gestual” expresso nas mais diversas manifestações do corpo, seja na caminhada, na natação, no simples fato de estar a contemplar o sol. São “outras sensibilidades” que conduzem a “outras formas de comunicação com a natureza”.

E é assim que Bianca, freqüentadora esporádica do Parque, e que elegeu a Água Mineral para passar a manhã de seu aniversário de 25 anos, define sua relação com os espaços naturais:

“Olha... me dá muita paz... você se sente mais integrada no Universo [...] mais parte do mundo. É uma coisa sistêmica, mais ampla do que só aquela troca da cidade... Eu tenho uma relação muito boa com as árvores, gosto muito... da energia mesmo, tanto de plantar quanto de conhecer, de cuidar, de aprender a distinguir... E também o sol... O sol me alimenta, me deixa de bom humor”.

“O homem não é um esqueleto acabado, mas um interminável complexo de gestos. O esqueleto é apenas o cabide do homem, um porta-gestos. O gesto é o homem”
(Marcel Jousse, 1970).

Corpo

A abordagem da “apropriação cultural do corpo”, de tudo o que nele é expressão, o torna uma categoria própria, “sistematicamente relacionada às outras categorias sociais”, lugar de convergência, que “põe em relação íntima a natureza orgânica e a natureza social do homem”, onde cultura e natureza dialogam, indivíduo e grupo se interpenetram (Rodrigues, 1979: 47).

Na filosofia moderna, o corpo já não é considerado apenas um objeto em si, mas a maneira de o sujeito estar presente ao mundo, aos outros e às coisas e tudo isto estar presente nele. Talvez se possa considerar o corpo como instrumento de que nos servimos para perceber o mundo. No entanto, instrumentos são apenas recursos, exteriores a nós e carecem de significação pessoal. A consciência é presença corporal no mundo. O comportamento humano, diferentemente dos outros animais, não se submete ao simples ciclo repetitivo do instinto. Ele se inscrever no jogo dos modelos transmitidos pela educação¹⁴.

Pode-se então falar das *técnicas corporais*, expressão cunhada de Marcel Mauss (1974), para dar conta dos “gestos, atitudes corporais”, por mais elementares que aparentem ser, que animam o esqueleto e recebem as marcas [sociais] do espaço e do tempo em que se situam. São, pois, os “modos de agir”, as “maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos”, que funcionam, então, como um filtro, canal de comunicação entre os atores sociais (com ênfase nas interferências mediadas pelos aspectos culturais) e natureza (entendendo-se aqui os aspectos ambientais, cênicos, dados naturalmente).

Essencialmente relacional, no corpo psíquico, orgânico e simbólico se dissolvem. O homem é, portanto, a articulação dessas duas ordens: a do corpo e a da linguagem. A corporeidade (ou “expressão corporal”), própria do ser humano, ultrapassa o fenômeno físico. As atitudes com referência ao corpo são

¹⁴ Vista aqui como “prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir de diferentes saberes” (Brandão, 1986, citado em Loureiro *et. al.*, 2003: 12). É, pois, uma “atividade reflexiva”, um “processo livre [...] de relação entre pessoas e grupos, que busca maneiras para reproduzir e/ou recriar aquilo que é comum, seja como trabalho ou estilo de vida, a uma sociedade, grupo ou classe social” (Loureiro *et. al.*, 2003: 12).

orientadas pelos sistemas filosóficos e religiosos em que o indivíduo se encontra inserido. E as posturas que se têm em relação ao corpo são resultado de determinada visão ou apreciação que dele se tem.

Categoricamente, o homem emerge no mundo através de seu corpo. E essa forma de “ser-no-mundo” vem definida pela corporeidade. As sensações corpóreas envolvem participação, e esta reside num acolher ativo das experiências. Como li certa vez, “experimental é converter-se na coisa sentida”.

Entre os vários fenômenos da segunda metade do séc. XX destaca-se o da valorização do corpo. O culto à beleza da forma física, à saúde, à alimentação alternativa, aos laboratórios teatrais – “palcos” das *representações* dos indivíduos *na vida cotidiana*¹⁵ –, explora todas as possibilidades expressivas do corpo, permitindo que este ocupe lugar central em nosso universo simbólico.

No corpo, esse “receptáculo de informações decodificadas numa cultura”, está “simbolicamente *impressa* a estrutura social; e a atividade corporal – andar, correr, saltar – não faz mais do que torná-la *expressa*”. Desse modo, enquanto a estrutura biológica nos permite ver, ouvir, cheirar, sentir e pensar, é a cultura que “fornece o rosto de suas visões, de seus sentimentos e pensamentos, criando novos cheiros, novos sons e novas visões, constituindo novos universos – e novos corpos” (Rodrigues, 1979: 125, citado por Bruhns, 1997: 131). São, pois, a cultura e a experiência que influenciam a interpretação do meio ambiente, numa relação sentimental.

Esquema hierarquicamente organizado, o corpo humano encontra-se impregnado de “valores resultantes de funções fisiológicas carregadas de emoção e de experiências sociais íntimas”. As “experiências íntimas do corpo com a natureza [...] expressam [...] uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por esse corpo na sua relação com o mundo”. Levam a uma “revisão de valores”, bem como a um “encontro muito particular do homem com ele mesmo”, conduzindo a um “reconhecimento da natureza pelo qual nos conhecemos” (Bruhns, 1997: 135 e 136), e a uma leitura de si mesmo por meio da experiência do outro.

¹⁵ Expressão cunhada do título da obra de Goffman, Erwing. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2002.

Compreender sociologicamente o corpo implica em uma distinção entre os “aspectos *instrumentais* e *expressivos* do comportamento humano”, sendo que a “atividade expressiva”, “simbólica”, resulta de codificações particulares (Rodrigues, 1979: 46). Mais do que troca de palavras, “a expressividade dos corpos e o uso dos sentidos introduzem um jogo e um movimento constantes”. O “acesso ao corpo do outro durante as conversas” parece ser uma “técnica corporal que permite o estabelecimento de laços de intimidade corporal, de proximidade” (Goldenberg, 2002: 126). E poucas situações permitem maior intimidade com o outro como num lugar em que os corpos estão à mostra, como no caso do parque aquático da Água Mineral, ou mesmo nas trilhas, onde se corre, caminha em trajes de banho ou ginástica.

O experimentar, o deslocamento ou descolamento das rotinas diárias, exige um envolvimento do corpo – movimento para e nos lugares. São formas específicas de se penetrar um espaço, de se apropriar desses signos globais pelas diversas sociedades, por conta do arsenal de significados que mantém em sua guarda. A globalização, ao contrário do que se supunha, é capaz de acentuar diferenças e desigualdades, na medida em que permite a vivência dessa diversidade em espaços comuns.

Dotado de notável potencial físico-natural, cercado de signos historicamente construídos, o espaço da Água Mineral mostrou-se, enfim, um ambiente favorável à investigação das diferentes percepções e significados atribuídos pelos freqüentadores, revelando as reações dos indivíduos ao ambiente e as formas com que as práticas ecológicas verificadas estão relacionadas ao bem-estar físico e mental nos dias atuais, beneficiando, acima de tudo, o desenvolvimento humano. Ao vivenciar aquele espaço e conversando com as pessoas que dele usufruem, não pude deixar de notar o bem estar que a ida ao Parque proporciona a esses sujeitos.

Neste ponto se encaixam perfeitamente algumas anotações feitas em diário de campo após a minha primeira incursão “oficial” ao *lócus* da pesquisa, com o intuito de averiguar se estava trilhando um caminho viável, o que foi sinalizado positivamente:

“Ali estava eu, sentada na borda externa da piscina, um pouco encolhida acanhada em meio àquele grupo que parecia se conhecer a tempos,

aguardando a chegada do professor [eu tinha sido convidada a participar da aula de hidroginástica]. Nisso, um senhor de mais ou menos 65 anos que saía da água me perguntou onde estava meu ânimo. Aproveitei que ele havia puxado a conversa e perguntei a ele se ia sempre ali. Contou que *beira a 18 anos* o tempo que frequenta assiduamente a Água Mineral. Vai *dia sim, dia não* e chega sempre por volta das 6h10. Disse ainda que *vicia [...] é como uma cachaca*, e que depois dali encara o dia numa boa: *enfrento qualquer turbulência*, o que, creio, vai de encontro à minha hipótese, de que a ida se reflete em bem estar no dia-a-dia”.

Essa idéia de bem estar ficou explícita em 100% das falas, dentre as quais destaco a de Canela (53 anos, frequenta a Mineral quase que diariamente há cinco anos) que, quando lhe perguntei em que se refletia a ida ao Parque, foi categórico:

“... Melhora o astral, melhora a disposição, melhora tudo. [se reflete em] bem estar. Se eu não vir aqui... o dia não rende!”.

E outros também deixam isso bem explícito:

“... meu dia se torna mais agradável. Eu gosto muito das coisas assim, sabe?... começar o dia bem [...] seu dia se desenvolve de uma maneira totalmente diferente” (Daniela, 27 anos).

“Dá mais disposição, mais energia [...] Mesmo você acordando mais cedo e fazendo atividade física cedo, você passa o dia mais descansado” (Vanderberg, 23 anos).

“Gosto muito de estar em contato com a natureza. Principalmente quando eu tô chateado, alguma coisa. Eu venho e saio daqui zerado” (Eric, 28 anos).

“... bem estar, sentimento de tá aproveitando a vida, entendeu? De tranquilidade, de contato com a natureza mesmo, sabe? De sair de casa, sair da cidade...” (Bianca, 25 anos).

Em síntese, o que se busca ali é “a energia maravilhosa que é o sol e essa água gelada”, “é mais saúde mesmo”; é ainda “o equilíbrio mental, além de manter a forma”.

Lazer

Em função da evolução das sociedades (das sociedades tradicionais às sociedades urbano-industriais modernas), modificaram-se também as formas de apropriação do tempo – agora dividido em tempo de trabalho e tempo de não-trabalho –, e do espaço. O lazer como “fato social” abarca as idéias de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social. O tempo de lazer se mostra, então, como alternativa para a recuperação da força de trabalho, caracterizando-se por instantes de vivência do lúdico enquanto essência do ser humano, sua razão última, manifesta no humor, na brincadeira, no jogo (Camargo)¹⁶.

O aumento significativo da busca por espaços de lazer em ambientes naturais, evoca uma [re]valorização da natureza, não mais com a idéia de explorá-la, mas de convívio, de uma relação harmônica com ela.

Assim, “tanto a preservação do meio natural como os critérios que definem o meio construído virão afetar as experiências de lazer”. Hoje, isso se reflete na “reivindicação por mais espaços e áreas verde”, na luta por “um ambiente natural sem contaminação e um ambiente artificial construído” em harmonia (Bramante, 1999: 164). À medida que se buscam novas experiências de lazer, o grande lance está em “estabelecer o equilíbrio inteligente” entre uso e preservação dos espaços, compreendendo que “uma dimensão da realidade não tem razão de existência sem a outra” (idem: 165), especialmente no que concerne às práticas do lazer ao ar livre, em contato com a natureza.

Dumazedier define lazer como “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre e vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se, entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (2000: 34).

Diz respeito à parcela do tempo livre dedicada ao “descanso”, ou recuperação das deteriorações físicas e nervosas; “ao divertimento”, ou libertação do tédio cotidiano; e ainda ao “desenvolvimento pleno do indivíduo”, da personalidade por meio da integração voluntária em agrupamentos

¹⁶ Idéias retiradas das anotações feitas em sala de aula ao longo do curso de Turismo: Cultura e Lazer, em disciplina ministrada pelo professor Luiz Otávio de Lima Camargo.

recreativos, culturais, sociais. (Dumazedier, 2000: 32 e 36). Libera das fadigas, envolvendo o “flanar” (do francês *flanêur*), o vagar desinteressadamente, em contraponto ao tempo marcado pelo ritmo das máquinas; liberta do tédio cotidiano, promovendo uma abertura ao universo real ou imaginário do divertimento; quebra rotinas e estereótipos, por meio de uma livre separação de si. Libera o poder criador, em contraste ou harmoniza com os valores vigentes. É, acima de tudo, um tempo de enriquecimento e satisfação pessoal.

Algumas das definições apresentadas pelos entrevistados demonstram bem esse caráter libertador e de ruptura do lazer.

Para Bianca (25 anos, freqüentadora esporádica da Água Mineral desde criança), lazer

“...é um momento de desopilar do trabalho, das obrigações... e fazer algo que te faça bem”.

Já Daniela (27 anos) afirma que

“lazer é você chegar num lugar tranqüilo, fazer as coisas na hora em que você quer e como você quer [...] curtir aquele momento... cada momentinho, entende? Então eu não acho que tem que separar um final de semana todo pro lazer; acho que você pode separar horas do seu dia...”.

Ao que Vanderberg (23 anos), namorado de Daniela, acrescenta:

“Até em casa mesmo, pintando, fazendo tudo o que você quiser. No trabalho mesmo, se você trabalha com o que gosta, é lazer”.

Ruth (53 anos), entende por lazer tudo aquilo que lhe faz bem:

“... e que está trabalhando a minha mente, satisfazendo a minha mente e o meu corpo. Pra mim lazer é isso: o meu bem estar”.

Continuando, sobre a relação mantida com os espaços naturais, Bianca apresenta uma reflexão bem interessante:

“... me dá muita paz, você se sente [...] mais parte do mundo. É uma coisa sistêmica, mais ampla do que só aquela troca da cidade... Eu tenho uma

relação muito boa com as árvores ... da energia mesmo, tanto de plantar quanto de conhecer, de cuidar, de aprender a distinguir... E também o sol, o sol me alimenta... me deixa de bom humor” (Bianca, 25 anos).

Em uma adaptação da definição de *turismo* adotada pela Organização Mundial do Turismo – OMT, para a qual este compreende “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares diferentes daqueles em que vivem, [...] com finalidades de lazer”, entre outras, donde se destacam as idéias de “movimento físico” ou deslocamento, e de “permanência [...] por um determinado período de tempo”, englobando tanto “a viagem” como “as atividades desenvolvidas no local” de destino. O presente estudo abrange, em certa medida, o turismo, até por conta do potencial que o *locus* desta pesquisa apresenta, e que, por sinal é apenas parcialmente aproveitado. No entanto, a ênfase maior estará nas apropriações desse espaço para o lazer da população local, os habitantes de Brasília e entorno, que freqüentam a Água Mineral constantemente.

“Todas as viagens são lindas, mesmo as que fizeres nas ruas de teu bairro. O encanto dependerá do teu estado de espírito”
(Ribeiro Couto).

Ruptura

“... viajar é procurar um centro espiritual de verdade, paz, beleza, imortalidade” (Delphim, 2003: 104). Diante do tédio cotidiano, “abandonar a rotina para procurar lugares, experiências e sensações diferentes, [...] a sede do saber” (idem: 105).

Para Pires (2001), “a verdadeira essência do turismo é a motivação de viajar para lugares (destinos) diferentes do local de residência, para romper a rotina, e a paisagem é o elemento que melhor indica ao turista essa tão sonhada mudança de lugar” (Ferretti, 2002: 19). Transponho disso a idéia de ruptura com a rotina por meio da paisagem em se tratando do deslocamento do espaço urbano para os refúgios naturais ao redor da cidade, onde se encaixa perfeitamente o Parque Nacional de Brasília.

A escolha do lugar de visitação   pautada por critérios que incluem “a personalidade do lugar, seus aspectos peculiares e especiais, suas características ambientais mais fortes, como vegeta o, relevo, hidrografia,

povo do lugar e sua cultura, sua música, seus hábitos e sua culinária”, já que “só a vivência pode levar ao afeto, que finalmente levará ao respeito e à solidariedade com as populações atuais e futuras” (Ferretti, 2002: 106 e 107).

A inter-relação lazer/ ecologia (do grego *oikos* – casa + *logos* – estudo de) deve ser efetivada sob o enfoque dos “sistemas abertos”, onde se mantém um intercâmbio de energia, matéria e informação com o meio circundante. Nesse sentido, as práticas ecológicas devem ser encaradas dentro de um “processo de troca de valores”, com potencial para introjetar “renovada energia e informação ao sistema sociocultural”, e ainda promover “novas atitudes e realizações humanas” (Ferretti, 2002: 63).

Faceta particular dessa relação, o ecoturismo consiste em visitar “áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais”. O praticante desse tipo de atividade se vê diante da oportunidade de “mergulhar na natureza” de uma maneira praticamente impossível em meio ao caos urbano (Pellegrini Filho, 2000, citado por Ferretti, 2002: 94).

Modalidade de lazer em forte expansão, o turismo ecológico, bem como outras tantas práticas realizadas em contato com a natureza, traz implícita uma “nova racionalidade” no que se refere à saúde e ao meio ambiente, ao ser definido como o

“segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1999).

Trabalho aqui com uma idéia de “desenvolvimento sustentável” que admite ser possível “utilizarmos os recursos naturais para fins sociais, de modo a garantir as necessidades das gerações atuais, sem prejudicar as necessidades das gerações futuras”, tendo por princípios, conforme IUNC: “integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir a equidade e a justiça social; buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; manter a integridade ecológica” (Loureiro *et. al.*, 2003: 08).

Preocupação constante no mundo capitalista globalizado e categoria central do “ambientalismo”, este concebido como “um conjunto de movimentos sociais de múltiplas orientações e posicionamentos simbólicos e de apropriação material”, o desenvolvimento sustentável manifesta, pois, “os diferentes modos de pensar e agir socialmente acerca do que é *ecológico* ou *ambiental*, de acordo com o humanismo” (Loureiro *et. al.*, 2003: 09).

Tal concepção de sustentabilidade abrange ainda, de acordo com Montibeller-Filho (2001, citado por Loureiro *et. al.*, 2003: 10 e 11), cinco dimensões, a saber: social, econômica, ecológica, espacial/ geográfica e cultural; cada qual com objetivos específicos a serem apurados. São, pois, diferentes aspectos de uma mesma relação entre partes e todo.

“... a despeito da variância histórica, sociedade e natureza são uma mesma realidade [...] sociedade é uma parte da natureza e sempre tem de levar em consideração a sustentabilidade no uso dos seus recursos para poder se manter e variar historicamente, optando-se por novos tipos de relações sociais para a apropriação dos mesmos recursos” (Loureiro *et. al.*, 2003: 11).

Em um cenário amplo, a “educação ambiental” se apresenta como “práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente [...] elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza” (Loureiro *et. al.* 2003: 15).

Encaro que uma atividade coerente com a idéia de sustentabilidade, deve valorizar e fornecer meios de preservação de paisagens e culturas de modo a que possam ser usufruídos pelas gerações futuras. Aposto, pois a Água Mineral como espaço propício ao desenvolvimento desse tipo de prática baseada na convivência e na busca de integração dos visitantes com o entorno, sendo a abordagem de lazer que mais se aproxima de uma idéia de “desenvolvimento sustentável”, ao gerar, em certa medida, um comprometimento com os recursos naturais e culturais das áreas visitadas e estimular a interpretação destas, no sentido de lhes revelar os significados,

provocar emoções, atizar a curiosidade, entreter e inspirar novas atitudes nos visitantes, provendo-lhes uma experiência memorável.

Mesmo as instalações físicas do local de visitação devem ser apropriadas equilibradamente, sendo, de preferência, “construídas com material nativo, arquitetonicamente em sintonia com a natureza, a fim de gerar uma harmonia visual e ambiental”. Os prédios, as trilhas, a sinalização devem ser planejados de modo a não interferir abruptamente no meio ambiente, tornando mais rica a experiência do visitante (idem: 123). Os componentes (geográficos) do ambiente são, dessa forma, envolvidos por sentimentos, reações emocionais, que geram percepções diferenciadas dessa mesma paisagem.

Ao que pude notar, houve um esforço em se considerar esse aspecto de grande relevância na construção das instalações na Zona de Uso Intensivo do PNB. A começar pelas piscinas, que são olhos d’água, portanto naturalmente existentes naqueles pontos específicos e, a partir dessa pré-disposição foram moldados os demais componentes estruturais dos parques aquáticos, que incluem as bordas das piscinas, quiosques, banheiros, posto médico, caminho para as trilhas... que, por sua vez, desembocam no Centro de Visitantes, espaços construídos que se mostram em harmonia com as árvores, as matas, o planalto verdejante, o céu de Brasília, “traço do arquiteto” do Universo.

Com isso, homem e natureza passam a integrar-se de maneira mais harmônica. Na busca de um novo relacionamento consigo mesmo surge uma revalorização do próprio corpo. A interação com a natureza, animal e vegetal, ganha estatuto de sociabilidade; e essa ligação com os outros seres se faz por uma espécie de “espelho de si mesmo”, de resgate da “criança ancestral”, o *homo ludens* – “ser banal”, voltado para si mesmo, “natural”, “espontâneo” –, instinto adormecido no abismo cartesiano que separa homem e natureza (Camargo, 1998: 21).

O momento lúdico deve proporcionar transformação pessoal. O tempo livre deve ser usado de modo ativo e significativo. O tempo de lazer corresponde, assim, a um “desejo de mudança de ritmo, de paisagem e de estilo de vida”, uma forma diferente de dispor do tempo cotidiano, em contato com espaços verdes, com os animais e plantas, a água..., pretextos para o deslocamento.

O que se deve idealizar, nesse contato, é a captura do “outro”, o reconhecimento deste em sua totalidade, a reciprocidade, o intercâmbio de informações, a circulação de idéias e produtos simbólicos, partes do repertório cultural de um grupo, aquilo que nos permite experienciar a diversidade, enriquecer a própria visão de mundo, e ampliar a percepção que temos de nós mesmos.

O “nada-fazer”, aquilo que se tem caracterizado pejorativamente como ócio, implica, de fato, em “tornar-se inteiramente receptivo à vida, aos outros e à natureza” em verdadeira fusão com o ambiente que nos cerca (Camargo, 1998: 74). São momentos de “apreciar devidamente um pôr-do-sol, de contemplar placidamente uma paisagem, de degustar o som de uma música ou mesmo o silêncio”, ações puramente receptivas (Camargo, 1998: 108).

Em se tratando dessas “ações puramente receptivas”, destaco a seguinte menção de Daniela quando perguntei para onde costumava viajar:

“Eu vou me isolar ali... já é o segundo ano [seguido] que eu vou pra Ilha Grande, no Rio [de Janeiro], e fico isolada lá. É uma praia... lá fica meio deserto... não tem nada, mas é bom. O paraíso... Você só acampa num lugar desses. Tranquilidade total. Só não recomendo pra todo mundo pra não lotar! [...] Engraçado essas coisas, né, porque nos primeiros dias, quando você chega num lugar desses, por exemplo, quando saio daqui e vou pra Ilha Grande... e aí... nos primeiros dias você fica [pensando]: *e agora, o que que eu vou fazer?* Por que, assim, o dia-a-dia é tão sobrecarregado, até você ... *não, relaxa, olha pra esse paraíso*, não tem que fazer nada, é só fazer [ou não-fazer] o que você quer...”.

A [re]descoberta das “coisas da infância” permite-nos entender como uma valorização dos sentimentos relacionados ao sonho e à fantasia remetem ao mundo da imaginação; uma vivência no “tempo livre” permeada pela sensação de liberdade e criatividade. O tempo do “jogo¹⁷” é predominantemente subjetivo, opondo-se ao tempo cronológico do cumprimento das obrigações. É um tempo voltado para si mesmo, um momento de reflexividade.

¹⁷ CALLOIS, Roger. Os jogos e os homens. Lisboa: Cotovia, 1990.

Na alta modernidade, ou modernidade tardia, conforme Giddens (2002: 11), o “eu” se constrói reflexivamente em meio a uma “enigmática diversidade de opções e possibilidades” o “auto-desenvolvimento” e o “desenvolvimento dos sistemas sociais” se interpenetram (idem: 12). A “reflexividade do eu [...] afeta de modo difuso o corpo e os processos psíquicos. O corpo é cada vez menos um dado extrínseco, funcionando fora dos sistemas internamente referidos da modernidade, [...] passa a ser reflexivamente mobilizado” (idem: 15).

Acreditando ser o aprendizado mais rico onde se encaixa a possibilidade do jogo, do estímulo a uma percepção ecológica das relações no mundo em que vivemos e do qual fazemos parte, um mergulho na natureza através dos sentidos, da imaginação, da aventura, das histórias, que levam ao descobrimento do próprio corpo, e também das sensações de prazer e alegria no contato desse corpo com o ambiente que o envolve: as delicadezas e poesias da natureza, as curiosidades sobre os animais e plantas que ali habitam, uma complexa relação entre homem e espaço natural.

Os sentidos do lúdico partilhados são enfatizados nos discursos...

“Olha, o que a gente ri aqui, jogando papo fora, conversa mole, é muito bom. É uma amizade desinteressada, entende? [...] Só pelo prazer do convívio” (Neuza, 74 anos, freqüentadora mais que assídua, desde 1980).

...e também nas práticas. Durante a participação nas aulas de hidroginástica em algumas de minhas incursões a campo, pude notar alguns aspectos do lúdico se fazendo presentes: muita zombaria, piadas, fofocas. Até mesmo nos exercícios propostos é perceptível o tom de brincadeira, de descontração.

A ludicidade, como eixo principal das experiências de lazer, é talvez um dos pontos consensos entre os teóricos da área, sendo encarada como vocação inerente do sujeito que brinca e joga (o *homo ludens*) na sua mais pura essência.

Tomo por base que as atividades físicas praticadas em ambientes naturais possuem esse caráter de ludicidade, descompromissado, social e cooperativo, longe de ser um mero jogo de performances na natureza; um

gosto por olhar, contemplar, conhecer as minúcias de um lugar, sentir o cheiro do mato depois da chuva, ouvir o canto dos pássaros, reparar na flor que desabrocha. Tiro isso de minha própria experiência naquele espaço. Ao percorrer as trilhas, me alegrava com as novas descobertas a cada dia: o desabrochar da caliandra em seu tom estonteante após um dia de chuva, a borboleta azul que batia as asas em minha direção, o caitetu que, estático, parecia me observar, o tucano sobrevoando a piscina enquanto fazia aula de hidroginástica. Tudo isso parecia me inspirar a investigar mais e mais aquele espaço, a estar presente ali, sentido o lugar, experienciando as belezas nativas, descortinando as relações.

A natureza oferece mistério e fascínio. Paisagens “revelam magnificente percepção do planeta e dos processos espaciais e temporais interativos” (Delphim, 2003: 109). Deve-se estar, pois, atento às expectativas e motivações dos sujeitos, para que estejam claros os preceitos que regem as práticas ecológicas ligadas ao lazer, ao conhecimento, à preservação e à educação, entre outras tantas experiências que têm por objetivo aproximar o ser humano da natureza por meio de vivências lúdicas.

Integração

O ambiente natural cria oportunidades de convívio que não se extinguem ao término da atividade, mas que podem levar ao desenvolvimento de novas atividades culturais. Surgem vínculos afetivos, contatos, além de inúmeros relacionamentos sociais informais manifestos nas atividades de lazer na natureza.

“... e outra coisa, o convívio que a gente tem aqui, porque aqui é uma família. Todo mundo se conhece, todo mundo se dá bem. Por causa desse horário do cooper, né? [...] Tanto que... olha, aqui todos somos irmãos. De vez em quando a gente organiza aniversário de um... como sábado passado, agora, nós fomos pro restaurante da Raja, ... lá na Asa Norte. Fomos comemorar o aniversário de um membro daqui, de um freqüentador. Mas é ótimo... a gente continua a amizade não só aqui, como fora. A Teca foi pra Portugal, então fizemos uma reunião na casa dela, a Paula, que tá ali, saindo da água, convida de vez em quando pra jogar buraco na casa dela, então nós vamos, de sábado ou domingo, jogar um buraquinho na casa dela [...] [cria uma rede] de amizade” (Neuza, 74 anos).

E ainda:

“... a convivência com os amigos. Nós temos aqui uma comunidade muito boa, né? Já temos até associação [a AFAM]... que dá apoio ao Café Ecológico que fazemos aqui toda última sexta-feira do mês, a caminhada da lua [Luágua], sempre na véspera ou no dia de lua cheia, também dá apoio, ajuda a monitorar o pessoal que participa...” (Moacir, 65 anos, membro da Associação dos Amigos do Parque Nacional de Brasília e Conselheiro do Parque).

Isso deve ser considerado em uma reflexão sobre as oportunidades que essas atividades oferecem para reunir pessoas com interesses mútuos de maneira voluntária e espontânea, possibilitando, ainda, a transformação de alguns valores como solidariedade, cooperação e mobilização, o que serve de subsídio para se refletir sobre os papéis do ser humano no complexo sistema em que se insere. Pude perceber isso na expressão de Baltazar quando lhe perguntei se consumia alguma coisa ali no Parque:

“Você vê... aquela barraca ali, eu tenho restrições quanto a ela porque eles entram com caminhonete diesel e quando vem a caminhonete funcionando ali [pra descer as coisas – milho, coco], joga poluição em cima da piscina. A gente já reclamou, já pedi a eles pra não fazer isso... [como manifesto] então eu não compro nada deles.”

Esse aspecto do cuidado com o espaço, de preocupação com a conservação do ambiente é endossado pela vivência do ambiente, o que gera um comprometimento do indivíduo com este. Daniela (27 anos), que acabara de se tornar mensalista na semana em que lhe entrevistei, ilustra muito bem isso. Quando pergunto sobre sua relação, de maneira geral, com os espaços naturais, diz:

“Ah... eu me rendo. Tava andando ali [e aponta para o lado das trilhas] e vi um monte de coisa jogada no chão. Me deu raiva. Cê vai lá, pega e bota no lixo... É foda, porque tem gente, às vezes, que te olha assim... te critica, diz: *Ai! que menina chata! Quer ficar dando lição de moral...* Mas na verdade não é. É porque eu acho um absurdo mesmo. Você vê, um lugar desses, né? Natureza... Cê tá andando numa trilha... Eu tava correndo outro dia na trilha

e vi lixo no chão. Dá vontade de parar, pena que eu tava correndo, que eu não parei, mas [dá vontade] de voltar e catar. Mesma coisa acontece nas trilhas de cachoeira. Dá raiva. Muito chato isso. O povo não tem consciência das coisas”.

Definida como o “espaço geográfico cuja individualidade ocorre na presença de seus elementos mais característicos”, a paisagem é, pois a “expressão espacial e visual do ambiente”, síntese de “todas as dimensões implicadas na sua formação e transformação, seja por força da própria natureza, seja pelas interferências humanas”; é a “projeção cultural da sociedade num determinado espaço” (Ferretti, 2002: 19).

A fim de dar conta do objetivo proposto, cabe neste estudo uma análise da paisagem que conjugue as três dimensões postas em destaque por Pires (2001, citado por Ferretti, 2002: 20), a saber: (1) estética ou visual – relacionada a uma “reação sensitiva e intuitiva” e a “percepção” de cada um diante dessa “expressão visual” da paisagem; (2) cultural – que carrega a paisagem de “valores emocionais” para além de qualquer conceito de beleza estética ou de utilização ecológica equilibrada; e (3) ecológica ou geográfica – resposta visual à evolução dos elementos físicos e biológicos.

Os modos de organização dos espaços, de dispor as situações, interferem na sua percepção/ significação. A paisagem gera, assim, interação, sociabilidade, sensibilidade para a cultura, as tradições; distingue¹⁸ a localidade, agrega o tecido social.

De nada valem “belas instalações” se não houver um algo mais que atraia o interesse dos possíveis usuários do espaço. Há de haver uma preocupação em “ampliar e implantar opções de recreação tanto quantitativas como qualitativas, de modo a estabelecer um calendário de ações permanentes” que provoquem um envolvimento em certa medida com o lugar (Bramante, 1999: 168).

Nesse sentido, há de se destacar o *Luágua*, evento que ocorre todo mês, a cerca de dois anos, às vésperas da lua cheia, nas dependências do Parque Nacional de Brasília. Ao que pude entender, é mais um dos “ritos de celebração” verificados entre os frequentadores mais assíduos da Água

¹⁸ (ver Bourdieu, P. *A distinção*. 1980.)

Mineral. Organizado pelos membros da AFAM, caracteriza-se basicamente por uma caminhada noturna pelas trilhas abertas no Parque, onde se tem o contato íntimo com a natureza – a Lua é a luz que ilumina o caminho traçado em meio à vegetação típica do Cerrado – estando os indivíduos envolvidos emocionalmente num espaço gerador de sociabilidade.

Encaixa-se também, nessa mesma idéia de “calendário de ações permanentes”, o *Café Ecológico*, mencionado por Neuza e Baltazar na primeira conversa oficial travada com os sujeitos [objetos] dessa pesquisa, e que pude presenciar apenas uma vez durante o tempo de observação *in loco*. Assim Neuza expõe:

“Sabe que nós fazemos assim, sempre na última sexta-feira do mês tem o *Café Ecológico*. [...] a gente põe uma mesa, dessas de bar, aqui em cima [na parte da borda da piscina 01 que chamam de *península* devido ao formato] e põe então chá, café, chocolate [quente] – eu é que trago o chocolate – cada um traz uma coisa. Aí a gente põe duas toalhas bem grandes no chão, de plástico, e não diz nada o que a pessoa tem que trazer. Então traz frutas, bolos, pães de tudo quanto é tipo, rosca... Pode ser feito [em casa], pode ser comprado, patê, pão de queijo... O pessoal capricha. Você não queira saber como é gostoso [...]. Só não pode duas coisas: fazer discurso – a gente só dá alguns avisos, cumprimenta o pessoal ... e não pode rezar. Nada de reza. Só mais é confraternização mesmo, no chão, feito piquenique, pra não ter aquele comportamento formal... é tudo informal e é aquela beleza, viu? Só pra curtir. E tudo o que sobra, ninguém leva nada pra casa. A gente põe nas bandejas grandes e leva aqui, no posto médico e ali onde ficam os guardas. Então fica o pessoal da limpeza ali esperando já. E o pessoal da portaria, da entrada, a gente já deixa caixa de suco, bolo, bolacha, pra não deixar eles também sem nada. E é a coisa mais engraçada que tem gente às vezes viajando, chegou, ou muitas vezes deixou de vir por muito tempo, mas vê que é a última sexta-feira: – *Ai, deixa eu ir lá pra Mineral*. E vem. E às vezes a pessoa que está afastada daqui a dois anos, aparece. Só pra confraternizar”.

As práticas corporais na natureza podem ser ainda encaradas como momentos de reflexão, de encontro com uma existência superior, o sagrado ubíquo e que reside em cada um de nós. Um momento de se pensar, de refletir, de sentir, de viver uma existência plena, de valorização do ser, onde

contemplar é também re-significar, perceber de forma diferenciada, ouvir a voz interior, da alma, elevar o pensamento e se re-ligar ao ambiente. Luiz Octávio Camargo (1998) dá um exemplo bastante elucidativo ao comparar o ato de arrumar a “gaveta de roupas íntimas” à arrumação do pensamento íntimo.

Encaro aqui a religião no sentido de uma re-ligação com o cosmos, de conexão com o transcendente em busca de algo que atribua sentido à existência, que desvende os mistérios da vida. Busca religiosa que se reflete, hoje, em um contato mais íntimo com as coisas da natureza. Vivenciamos um processo de reencantamento do mundo, de redescoberta da magia que envolve os lugares e os seres, e isto se expressa em um aumento considerável da procura por espaços ao ar livre, práticas e medicinas alternativas, alimentação mais natural, ecologismos.

Ao que pude verificar, esse envolvimento com a natureza promove de fato alguns cuidados com o corpo e o espírito. Do total da amostra pesquisada, 90% afirmou ter algum tipo de cuidado com a alimentação, ingerindo muita fruta, verduras e legumes, evitando carne vermelha e gordura. Quanto aos cuidados com o corpo, 80% dizem praticar outras atividades físicas fora dali. Disso deduzo que a presença na Mineral se relaciona mais intimamente a uma procura por bem-estar espiritual.

Há uma maior abertura para os sincretismos, as trocas de valores, as novas religiosidades empenhadas em desenvolver o(s) Deus(es) que existe(m) dentro de cada um (autodeificação), a auto-orientação e o autoconhecimento. A fronteira entre sagrado e profano torna-se cada vez mais tênue. A idéia de holismo, de um todo conjugado, de reintegração com a natureza e com o “outro”, impõe-se à lógica fragmentária, propondo uma reintegração daquilo que a modernidade separou (o desencanto dos “tempos modernos”, pautado no cientificismo, na racionalização, no pensamento cartesiano).

E são estes os estados de liminaridade, momentos de *communitas*, de transcendência, de ruptura com o cotidiano, que os deslocamentos – e aqui enquadro o lazer e, por tabela, o turismo – são capazes de promover. É quando se dá um envolvimento emocional do indivíduo, que lhe permite enxergar o deslocamento enquanto experiência mística, de contato com a alteridade, que implica necessariamente em troca, onde o reconhecimento do

“outro” em sua integridade acaba por se refletir em um [re]conhecimento de si mesmo.

Isso para mim ficou bem nítido. A minha vivência naquele espaço durante esse período de pesquisa definitivamente reforçou alguns conceitos sobre minha própria maneira de ser e estar em contato com as coisas da natureza por meio das observações que fazia dos outros.

Recorro aqui a essa faceta do lazer que implica em “afastamento”, “ruptura”, “distanciamento” das rotinas e práticas da vida de todos os dias para tratar dos deslocamentos físicos enquanto “estímulos [...] propulsores de uma nova sensibilidade em relação ao outro, ao diferente”, em contraste com “o cotidiano e o mundano” (Urry, 1996: 17). Para MacCannell (citado por Urry, 1996: 24), os turistas personificam essa “busca da autenticidade, [...] versão [pós]moderna da preocupação humana com o sagrado”.

Concordando com Turner (1973, 1974), quando enxerga na viagem um “rito de passagem”, posto que envolve uma ruptura espacial e dos laços sociais convencionais; momento de liminar, quando o indivíduo encontra-se em uma antiestrutura “espaço-temporal”, vivenciando uma espécie de *communitas*, onde se dá uma experiência direta com o sagrado, o misterioso, e as ocupações cotidianas são, então, suspensas ou invertidas (Urry, 1996: 25).

A contemplação está, assim, num reencontro consigo mesmo – o sentido de purificação na busca pelo sagrado –, o que é uma constante em atividades em contato com a natureza. Um sagrado que remete a significados para a própria existência; a busca da paz interior. Esse reencontro com o natural rompe com o cotidiano profissional, que nos absorve a maior parte do tempo, libertando-nos para a plenitude da vida, a emoção, o [re]encantamento.

Envolve, em certa medida, um sentido de aventura, de risco – mesmo que calculado –, de imprevisibilidade, incerteza, já que rompe com a rotina, e de surpresa, ligada à emoção, ao desafio, ao “memorável” (Costa, 2000), mistério a ser desvendado ao longo da experiência no lugar.

Há também a presença da ecologia nas entrelinhas dos discursos; idéia essa que se manifesta no homem, e não na natureza, que está na nossa percepção da realidade, da complexidade das relações entre cada ser e a imensidão do cosmos. A natureza pode assim ser vista como sítio do equilíbrio interior, ao provocar essa reflexão sobre as maneiras de se viver, as pequenas

ações do cotidiano, acionando uma existência mais harmônica com o ambiente que nos absorve e acolhe.

Mesmo nas experiências místicas com o transcendente, o Absoluto, em quaisquer culturas e religiões, existem aspectos somáticos ligados à expansão da consciência. E a corporeidade exprime essa totalidade do ser humano enquanto parte integrante da vida do planeta e de todo o sistema cósmico, essa “teia inseparável de relações¹⁹” que envolve a tudo e a todos numa tal perspectiva holística que não deve significar, pois, a simples somatória de pontos de vista, mas a capacidade de enxergar o todo, a integralidade, a transversalidade, e inseparabilidade das partes.

As vivências na natureza são capazes de gerar valores criativos e transformadores na medida em que estimulam a imaginação, a abertura ao novo, os relacionamentos sociais mais espontâneos, o convívio harmônico com a natureza, e não o domínio sobre ela. A transformação e a criação, atributos essenciais ao desenvolvimento da cultura humana, contribuem para conscientizar o homem de seu papel nesse sistema ecológico complexo.

Encarado dessa forma, uma mesma atividade pode atender a diferentes motivações, intrínsecas e extrínsecas. Quando pergunto sobre os motivos que os levam ao Parque, digamos que em 80 % dos entrevistados vão além do bem-estar físico proporcionado pela prática dos exercícios ao ar livre. A convivência com as outras pessoas, a sociabilidade é um outro aspecto bastante evocado nos discursos:

“... o grupo, né?, que é muito bom, essa interação que nós temos aqui, o pessoal que é muito legal. E outra, o contato com a natureza, a água, que pra mim não existe clube melhor [...] essa água aqui é incomparável” (Ruth).

Moacir enfatiza, além da “prática de esportes”,

“a convivência com os amigos... Nós temos aqui uma comunidade muito boa, né? Já temos até associação [a AFAM, já mencionada] [...] Há um intercâmbio de informação muito bom, não é? Muita brincadeira, a gente conta piada, conta lorota... pra ter descontração, né?”

¹⁹ Fala retirada de *Ponto de Mutação* (*Mindwalk*, 1992), drama dirigido por Bernt Capra, apresentado durante o módulo Turismo Cultural e Culturas do Turismo, ministrada pela Professora Doutora Deis Siqueira, em setembro de 2004.

Ao refletir sobre o jogo, Roger Callois (1990) menciona quatro categorias (ou impulsões primárias) do lúdico, interpretadas como as grandes motivações para toda diversão, ou ainda, os meios de se alcançar a ludicidade. Tomo-as de empréstimo para induzir que o lazer em contato com a natureza, por exemplo, une quase sempre as motivações de aventura (novos cenários) e fantasia (tempo e espaço distintos, outros personagens), e eventualmente de competição (desafio de ir a lugares pouco visitados, desconhecidos) e vertigem (ante a paisagem que extasia).

Nesse sentido do lúdico, Ao ser questionado sobre os reflexos da ida à Água Mineral no dia-a-dia, Moacir assim declarou:

“Reflete numa energia muito positiva, disposição, a parte física, a parte orgânica do corpo tá sempre em dia, as funções orgânicas, tudo bem [...] [e o espírito] tranqüilo, reflete muito bem, porque isso aqui é um lazer, né? É uma atividade física e um lazer também. Desenvolve tanto a parte física como a parte afetiva, psicológica de forma positiva...”.

E ainda, sobre o que entende por lazer:

“Lazer... eu entendo passear, viajar, conversar, dançar, jogar, praticar algum esporte, futebol, tênis... Tem gente que prefere futebol, outros preferem tênis, natação... tudo é lazer. Lazer pra mim é tudo aquilo que a pessoa faz espontaneamente, sem obrigação [...], faz por prazer” (Moacir).

As “experiências íntimas do corpo com a natureza [...] expressam [...] uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por esse corpo na sua relação com o mundo, uma revisão de valores, bem como um encontro muito particular do homem com ele mesmo”, conduzindo a um “reconhecimento da natureza pelo qual nos conhecemos” (Bruhns, 1997: 136), e uma leitura de si mesmo por meio da experiência do outro.

“O estoque comum de conhecimentos à disposição, no que se refere ao grupo de pessoas [...], e o entorno físico (organização do espaço, construções, natureza etc.), é relativamente fixo, [...] algo que persistiu ao longo do tempo e pode incorporar rituais, símbolos e cerimônias que ligam as pessoas a um lugar e a um sentido comum [...] de pertença” (Featherstone, 1997: 131).

“O senso do lar é mantido pela memória coletiva, a qual depende de desempenhos rituais, práticas corporais e cerimônias comemorativas”, e funcionam como “baterias que [re]carregam os laços emocionais [...] e renovam a consciência do sagrado”, operando de diversas maneiras entre os grupos de pessoas, “nos incontáveis pequenos rituais, ritos e cerimônias [...] entre amigos, vizinhos e associados” (Fetherstone, 1997: 132 e 133), práticas que ajudam a firmar os laços sociais.

Fala-se na emergência de “novas formas de solidariedade coletiva”. Featherstone, em referência a Maffesoli, as trata como *coletividades afetivas transitórias*, de limites fluidos, em que se vivenciam “múltiplas atrações, sensações, sensibilidades e vitalidade de uma comunidade extralógica”, um “aglomerado mais solto de experiências e sensações”, onde a ênfase está nos acontecimentos do dia-a-dia, na rotina, nas “experiências repetitivas” que são vistas, porém não notadas. Confere, assim, maior importância ao sentido de “estar junto em atividades comuns, espontâneas, que se dão fora ou nos interstícios dos campos institucionais”, uma “imersão na imediatez das experiências e atividades usuais”. São ocasiões socialmente sancionadas; os *momentos liminares* em que o lúdico e a fantasia são percebidos em meio à vida cotidiana (Featherstone, 1997: 81 a 84).

É notável que as pessoas ali gostam de praticar suas atividades a seu tempo. Pode-se dizer que prezam pela liberdade, ou ao menos pela não-limitação: cada um faz a sua *hidro*, sua natação, alongamento ou energização (ioga, *tai-chi-chuan*, radiestesia) à sua maneira, sem a necessidade de orientadores ou treinadores. No entanto, quando a turminha da hidroginástica, guiada pelo Gilson, começa a se movimentar – sem um horário muito fixo pra começar: por volta das 7h30, 7h45 –, quem está a fim de acompanhar os movimentos se aproxima da roda que se forma no canto esquerdo da piscina e fica à vontade pra sair na hora que quiser. Encerrados os exercícios, os diálogos continuam, as trocas se prolongam, se propagam, ecoam no ambiente.

Ouvindo algumas conversas pude notar como as relações ultrapassam os limites do Parque. Alguns combinavam a viagem no próximo feriado, outros pensando em criar uma comunidade do *nadadão no Parque*.

O aprendizado “dos sentidos e dos sentimentos” é desenvolvido “nas visitas à natureza, por meio dos sons, das visões, dos espaços, dos cheiros, dos gostos, dos contatos e contratos estabelecidos” (idem: 139).

Nesse ponto reporto-me a algumas anotações feitas em diário de campo que creio serem pertinentes. Em 08 de abril de 2005, uma sexta-feira, assim escrevi:

“Cheguei na *Mineral* às 6h50. Fiz um percurso [na Trilha do Cristal d'Água] inverso ao do outro dia. Que delícia é aquele lugar! Fico deslumbrada... o mato, os pássaros... uma revoada de periquitos, acho. Depois dei um mergulho na piscina “nova”, que estava praticamente vazia [...] A água estava ótima [...] cristalina...”.

Já no dia seguinte, um sábado de sol, a percepção desse mesmo espaço se deu de outra maneira:

“... desci pela piscina “velha”, que por volta das 11h00 já estava abarrotada de gente. O cheiro do mato é suprimido pelo de comida; os sons da natureza são substituídos pelo barulho: as crianças gritando, vários carros em trânsito pelos estacionamentos, alguns até buzina[m] [...] definitivamente a percepção do lugar é alterada...”.

E ainda, na sexta-feira seguinte (15 de abril):

“Cheguei ao Parque às 6h40. O dia já estava diferente: algumas nuvens no céu, um ventinho frio “cortando” o rosto durante a corrida (Trilha do Cristal). Vi uma *Caliandra* estonteante com sua cor maravilha se destacando em meio ao verde das outras plantas...”.

Em se tratando de experiências pós-modernas, dadas com freqüência em cenários circunscritos no âmbito da cultura de consumo e das atividades de lazer, onde há uma mescla desordenada de signos e imagens, estes se encontram comumente impregnados de intenso afeto e ludicidade.

A combinação de cenários, sons, odores nesses espaços pós-modernos cria dispositivos rituais comemorativos que encorajam um “controle descontrolado” de emoções. São momentos de *communitas*, de liminaridade, de antiestrutura, de quebra de tabus, de rotina, que contrastam com a vida

cotidiana. Os espaços físicos são, assim, emocionalmente investidos de simbolismos, de forma a se tornarem um *lugar*, num sentido que acredito ir de encontro àquele definido por Augé (1994), de um espaço dotado de referencial, de história e de memória [coletiva].

Os *não-lugares*, como espaços neutros, de trânsito, sem marcas, higienizados, são tão artificiais que não se sente a ressonância, não se relaciona com a vida cotidiana. Ao contrário, os *lugares* têm marcas identitárias, fisionomia, exigem uma atitude diante deles, são reconhecidos coletivamente.

Do grego *topos* e do latim *topoi*, o lugar tem uma dimensão de tempo e espaço, isto é, tem história. Nas viagens, percorrem-se os lugares, o que envolve uma vivência, e não só passagem.

Nesse sentido, um lugar é simbólico na medida em que pode ser um “espaço geograficamente unido e sedimentado por meio de sentimentos”, onde “a configuração da paisagem, das construções e das pessoas” é revestida de “memórias coletivas que possuem suficiente poder emocional para gerar um senso comunal²⁰”.

Figura 4: Caminho das pedras.



Fonte: ROCCO, Gabriella. Em pesquisa realizada em março/abril de 2005. Brasília – DF.

²⁰ Idéias expostas durante o módulo Apropriação de Espaços no Lazer e no Turismo, ministrado pela Professora Doutora Mariza Veloso, em agosto de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se por meio da pesquisa realizada que as representações do corpo no espaço observado – a Zona de Uso Intensivo do Parque Nacional de Brasília – se dá de uma maneira integradora com o meio ambiente natural.

A vivência no espaço, no decorrer da pesquisa em campo, confirmou a hipótese de que existe sim uma relação harmônica na busca de prazer e bem estar do corpo na natureza. A amostra, obtida na categoria dos freqüentadores assíduos, que acertadamente optei por analisar, deu-me respaldo para as análises sobre essa integração do sujeito na natureza por meio das práticas de lazer.

Destaco que, por meio de uma vasta pesquisa bibliográfica e documental, encontrei um amplo material acerca dos aspectos ambientais relativos ao bioma Cerrado e sua importância ecológica. Nesse campo, o PARNA Brasília já foi alvo de dezenas de estudos. No entanto, quando buscados outros materiais que contemplassem os aspectos socioculturais e a relação mesmo dos sujeitos que freqüentam e, portanto, interferem significativamente na “construção” daquele espaço – cujo decreto de criação apresenta como objetivo específico, inclusive, promover o lazer para a população local –, ao que pude perceber, essa literatura é ainda carente de contribuições.

Visto isso, suponho estar, com o presente estudo, colaborando para a ampliação do material acerca do que seja o Parque Nacional de Brasília e, mais especificamente, a “Água Mineral”, na visão dos seus usuários. Afirmando, contudo, que esta é apenas uma das incontáveis leituras possíveis dos usos dos corpos naquele espaço e das percepções que os sujeitos têm acerca da importância dos cuidados com a natureza promovidos por um contato mais intimista com este fragmento do sistema global do qual somos parte integrante.

Espero, assim, aprofundar essa pesquisa, analisando outras categorias de freqüentadores desse mesmo espaço e dar continuidade aos estudos dessas representações em outras unidades de conservação da natureza brasileiras, além de instigar outros pesquisadores a se aventurarem nesse âmbito.

Para encerrar, asseguro que procurei aqui transcender os limites perceptuais para obter um conhecimento mais preciso e sensível do universo, este de natureza interligada, dinâmica e complexa, onde todos os componentes encontram-se em mútua interação, entendendo que a condição de cada uma das partes certamente se refletirá no todo.

Considerando, pois, que as práticas de lazer e turismo sustentáveis do ponto de vista socioambiental envolvem a captura do “outro” em sua totalidade, assumo que estas práticas implicam em trocas simbólicas, intercâmbio incessante de informações, idéias e sentidos, na medida em que os deslocamentos dos indivíduos favorecem esse encontro com o outro, permitindo o enriquecimento da própria visão de mundo e ampliando a compreensão de si mesmos. Isso tudo conduz a uma relação mais íntima com os lugares, valorizando e fornecendo meios de preservação de paisagens e culturas de modo a que possam ser usufruídas e [re]apropriadas pelas gerações atuais e futuras.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Univ, 1981.

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BARRETO FILHO, H. T. *Anotações para uma história social do Parque Nacional do Jaú*. Mimeo, 1997.

BRANCO, S. M. *Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

BRANDÃO, C. R. Outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza. In: *Somos as águas puras*. Campinas: Papirus, 1994.

_____. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

BRUHNS, H. T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A. & BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003.

_____. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C. M. de T. & BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à Natureza: Turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

CASASOLA, L. *Turismo y ambiente*. México: Trillas, 2000.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, V. L. de M. *Esportes de Aventura e Risco na Montanha: um mergulho no imaginário*. Barueri: Manole, 2000.

CRISTOFOLETTI, A. *Análise de sistemas em geografia*. São Paulo: UCITEC, 1979.

DE GROOT, R. *Functions and Values of Protected Areas: A Comprehensive Framework for assessing the benefits of protected areas to human society*. Climate Research Centre, Agricultural University Wageningen: Holanda, 1992.

DELPHIM, C. *Ecoturismo e roteiros de viagem*. In: MONTORO, T. (Org.). *Culturas do Turismo*. Brasília: Thesaurus, 2003.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. Tradução Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

_____. *O Desmanche da Cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

FERRETTI, E. R. *Turismo e Meio Ambiente: uma abordagem integrada*. São Paulo: Roca, 2002.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. (Org.). *Nu e Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GREEN, M.; KANYAMIBWA, S.; BELTRÁN, J. *Monitoring Biodiversity Conservation in Protected Areas*. Papers of International Workshop on Biodiversity Monitoring in Federal Protected Areas: Defining the Methodology. Brasil, 1999.

HOROWITZ, Cristiane. *Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília: Avaliação da metodologia de planejamento adotada, execução e resultados alcançados no decênio 1979 – 1989*. Dissertação (Mestrado em Ecologia) — Departamento de Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

LOBO, Andréa de S. *Parque Nacional de Brasília: uma tentativa de análise sócio-antropológica de um espaço artefactual*. Monografia (Graduação em Antropologia) — Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (Orgs.). *Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003.

MAFFESOLI, M. *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MAUSS, M. As Técnicas Corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MOLTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

MONTORO, T. S. (Org.). *Cultura do Turismo: desafios e práticas socioambientais*. Brasília: Thesaurus, 2003.

PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, Cultura e Turismo*. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

PIRES, P. S. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, L. G. G. T. (Org.) *Turismo: como aprender, como ensinar*. vol. 1. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

RODRIGUES, J. C. *Tabu do Corpo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

SALGADO, Gustavo Souto Maior. *Economia e Gestão de Áreas Protegidas: o caso do Parque Nacional de Brasília*. Dissertação (Mestrado em

Gestão Econômica do Meio Ambiente) — Departamento de Economia do Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

SERRANO, C. M. de Toledo. Uma Introdução à Discussão sobre Turismo, Cultura e Ambiente. In: SERRANO, C. M. de T. & BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à Natureza: Turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papyrus, 1997.

TOCANTINS, Nely. Parque Nacional do Pantanal: complexidade a ser conhecida. In: Rossetto, O. C.; Brasil Junior A. C. P. (Orgs.). *Paisagens pantaneiras e a sustentabilidade ambiental*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VELOSO, M. Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público. In: TEIXEIRA, J. G. (Org.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionização*. Brasília: EDU, 2004.

WESTERN, D. & WRIGHT, R. M. (Eds.). *Natural Connections: Perspective in Community-Based Conservation*. Washington, D.C.: Island Press, 1994.

SITES VISITADOS

www.eco.tur.br

www.estudosturisticos.com.br

www.funatura.org.br

www.ibama.gov.br

www.mma.gov.br

www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web.port.turismo

www.turismo.gov.br

www.viaecologia.com.br

- Qual meio de transporte utiliza para ir à “Água Mineral”?
- () Carro próprio () Ônibus/ Lotação () Carona () Bicicleta
- () Outro(s): _____.

- Quais motivos o levam ao Parque? A prática de esportes, o contato com a natureza, o encontro com as pessoas...?

- A ida se reflete em quê? Saúde, bem estar, vigor?

- Em sua opinião, qual a importância do espaço para a sociabilidade?

- Que benefícios a visita ao Parque lhe proporciona no dia-a-dia, no cotidiano?

- Em média, quanto gasta quando vai ao Parque?

- O que consome (alimento, bebida...)? Compra lá ou leva de casa?

- Quando recebe visitas em Brasília, você as leva ao Parque Nacional de Brasília (PNB)?

- Sente falta de alguma coisa no Parque?

- O que você entende por “lazer”?

- Que outros espaços de lazer costuma freqüentar?

- Tem outro tipo de contato freqüente com a natureza? Quais?

- Qual a sua relação com os espaços naturais em geral? Que importância eles têm em sua vida?

- Que atividade(s) física(s) pratica?

- Quanto à alimentação, mantém algum cuidado específico? Quais?
- Quando viaja de férias, para onde costuma ir?
- Você sabia que a “Água Mineral” é uma Unidade de Conservação da natureza, área de proteção integral, classificada como Parque Nacional e regulamentada por Legislação Federal?
- Já foi a algum outro Parque Nacional ou Unidade de Conservação? Quais? Em que circunstâncias?

Grata pela colaboração!

Outras Fotos

PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA



Pista circundante



Administração



Placa indicativa das trilhas



Centro de Visitantes



Ilha da Meditação



Trilha da Capivara



Piscina 01

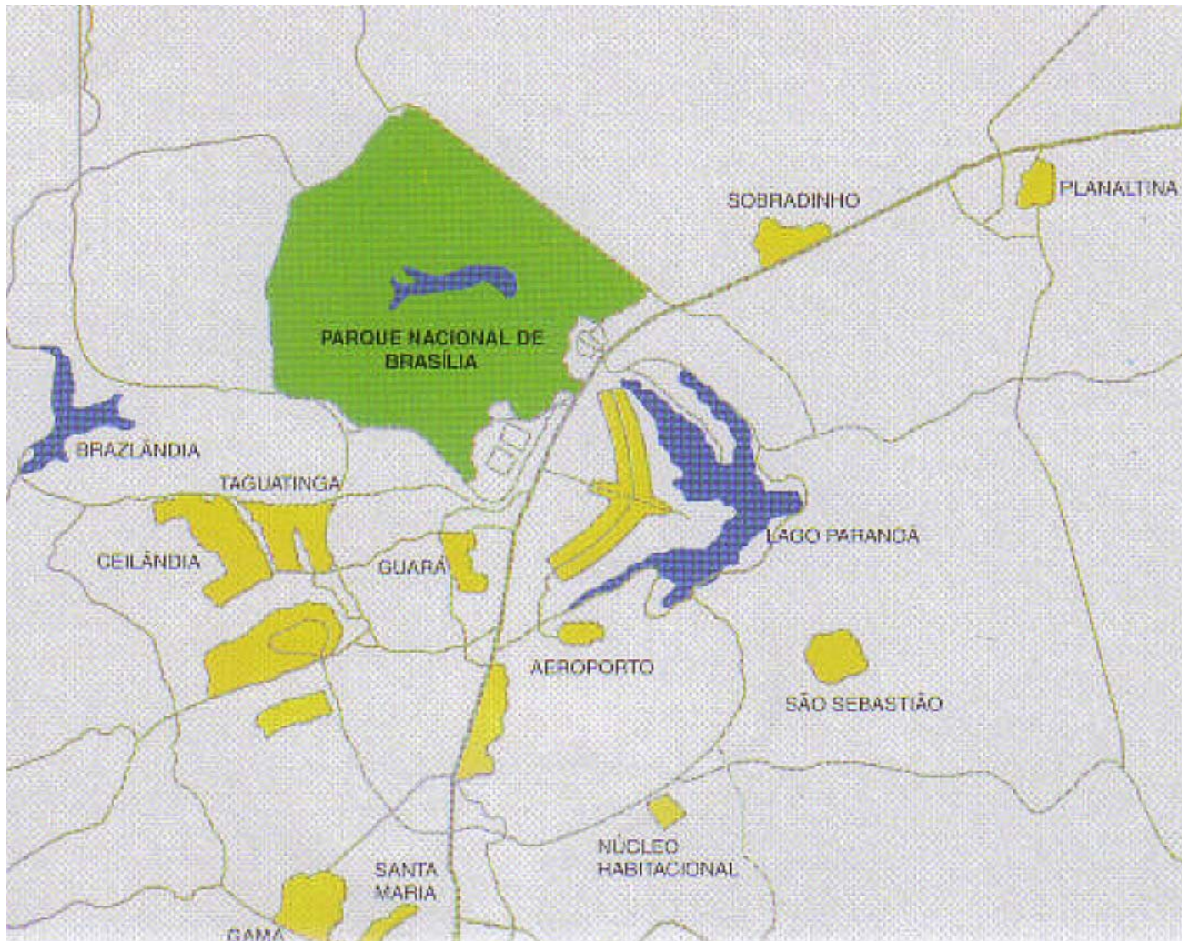


Piscina 02

Fonte: ROCCO, Gabriella. Em pesquisa realizada em março/ abril de 2005.

ANEXO I

Localização do Parque Nacional de Brasília no DF



Fonte: IBAMA/ MMA.

ANEXO III

Documento de Criação do Parque Nacional de Brasília

DECRETO N.º 241 - DE 29 DE NOVEMBRO DE 1961.

Cria o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Ministros, usando da atribuição que lhe confere o art. 18, item III, da Emenda Constitucional n.º 4 e,

Considerando que o art. 175, da Constituição coloca sob a proteção e cuidados do Poder Público as obras, monumentos de valor histórico, como os monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza;

Considerando que as florestas existentes na aérea do Distrito Federal, merecem proteção e cuidados especiais por parte dos Poderes em virtude de serem elas protetoras de mananciais existentes na região;

Considerando a importância dessas Florestas na sua função protetora dos rios que abastecem de água a Capital Federal;

Considerando o que dispõem os artigos 5.º, alínea c, 9.º e seus parágrafos, 10 e 56, do Código Florestal, aprovado pelo Decreto 23.794, de 23 de janeiro de 1934, decreta:

Art.1.º - Fica criado no Distrito Federal, o Parque Nacional de Brasília (PNB), subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º - O Parque, ora criado, terá a área aproximada de 30.000 hectares situada entre os paralelos 15º 35" e 15º 45" e os meridianos 48º 5' e 48º 53' com a seguinte linha divisória: ao norte, nordeste e noroeste, pela Estrada Parque do Contorno - EPTC; ao Sul pela estrada Parque Acampamento - EPAC; ao sudoeste, pelo Córrego Acampamento, a sudoeste pela Estrada Parque do Contorno - EPATC; ao leste pela estrada Indústria e Abastecimento - EPIA e pela estrada Parque do Contorno - EPTC e ao oeste, pela Estrada Parque do Contorno, - EPTC.

Art. 3.º - A área definitiva do Parque será fixada depois de indispensável estudo e reconhecimento da região, a serem realizados sob a orientação e fiscalização do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 4.º - As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais integrantes da área do Parque ficam sujeitas ao regime especial estabelecido pelo Código Florestal, baixado com o Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

Art. 5.º - Fica o Ministério da Agricultura, através do Serviço Florestal, autorizado a entrar em entendimento com a Companhia Urbanizadora da Nova

Capital (NOVACAP), com a Prefeitura do Distrito Federal e com eventuais proprietários de áreas e benfeitorias situadas dentro do perímetro do Parque, para o fim especial de promover doações e efetuar desapropriações, podendo, ainda, adotar outras medidas que se fizerem necessárias para a sua instalação definitiva.

Art. 6.º - A Administração do Parque Nacional de Brasília e as atividades a ele afetas serão exercidas por servidores do Ministério da Agricultura, especialmente designados para esse fim.

Art. 7.º - Ministério da Agricultura baixará, oportunamente, um Regimento para o Parque Nacional de Brasília, dispondo sobre a sua organização e funcionamento.

Art. 8.º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de novembro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

TANCREDO NEVES

Armando Monteiro